

SESSÕES DO PLENÁRIO

15ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de maio de 2020. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora marcada, 10 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Marcell dos Animais, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó (55).

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária, convocada com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 23.780/2020, de autoria do Poder Executivo, que disciplina o abono de permanência dos militares estaduais e servidores públicos do Estado da Bahia; e Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, que altera as Leis Complementares nº 19, de 23 de julho de 2003, nº 34, de 6 de fevereiro de 2009, e nº 43, de 25 de outubro de 2017, e dá outras providências.

Meus amigos, minhas amigas, em função de algumas preocupações dos Srs. e das Sr.^{as} Deputadas, eu tive o cuidado de refazer o ato da Mesa, ampliando a possibilidade de deliberação. Por isso, agora nós podemos versar sobre qualquer matéria legislativa. Isso é importante porque não sabemos quanto tempo mais durará este período de quarentena. Tive a oportunidade de conversar com o secretário Fábio Vilas-Boas, com o secretário Léo Prates, todos estão procurando dar o melhor de si para que a gente consiga achatar cada vez mais a curva, e assim a Bahia possa passar por esta verdadeira tragédia sem deixar um rastro muito grande de mortes.

Não sabemos até quando vamos funcionar remotamente. Poderemos ficar 2, 3, 4, 5 meses, e a Assembleia não pode parar, não deve parar. Foi por isso que nós reformulamos o nosso ato da Mesa.

Importantíssimo também é continuar este clima de harmonia que estamos vivendo. Nós não temos mais, hoje, um posicionamento político-partidário. Estamos juntos, trabalhando em prol da Bahia. Hoje, o único partido na Assembleia é o partido dos baianos. Tem sido assim e quero que continue assim, porque é fundamental esse entrosamento que nós estamos vivendo. Quando eu digo “nós”, não me refiro a nós parlamentares, mas a nós baianos, que estamos colhendo os frutos por estarmos dando respostas muito rápidas.

O projeto, por exemplo, da destinação dos recursos da merenda escolar para os alunos das escolas públicas, foi protocolado aqui às 22 horas, e no outro dia, às 2 da tarde, nós já estávamos com ele aprovado.

E agora alguns deputados me questionam a respeito do abono de permanência dos militares e dos servidores públicos. Este é um ano muito difícil, este é um ano muito duro, a queda da receita é real. A receita cai em quase 40%. O próprio governador já se posicionou a respeito da dificuldade que está tendo. Inclusive, só garante as folhas de maio e junho; a partir daí será uma incerteza.

Acho que precisamos entender essa dificuldade. Nesse sentido, para que a gente possa evoluir, eu gostaria de fazer a seguinte sugestão: congelaríamos o abono por um determinado período, e assim que os efeitos econômicos da pandemia deixarem de afetar a arrecadação do Estado, nós colocaríamos um limite de concessão para cada um dos Poderes, já que não pode ser uma coisa indistinta.

Por exemplo, olhando aqui os nossos representantes militares, Capitão Alden e Soldado Prisco, a corporação, se não me engano, tem 30 mil policiais... É mais ou menos isso? Eu estou vendo aqui Alden. Se for, me dê um positivo. Então, 3 mil policiais poderão ter o abono de permanência, e a gente faria isso cronologicamente. Se algum tiver direito em 1º de janeiro, ele será o primeiro da lista, e assim sucessivamente.

Pois bem, eu queria solicitar a boa vontade dos Srs. Deputados, das Sr.^{as} Deputadas, sobretudo dos Líderes Sandro Régis e Rosemberg Pinto. O deputado Paulo Rangel, sensível como é, já se colocou ao nosso inteiro dispor e disse que não tem nenhuma dificuldade. Se as Lideranças acordarem, ele não terá dificuldade nenhuma – obviamente, por acordo – de refazer seu parecer. Acho que é um avanço que teremos. Atenderíamos os servidores e, também, cuidaríamos do caixa do Estado.

Se a nossa proposta não for acatada, não for aceita, infelizmente, vamos ter de votar o parecer original do deputado Paulo Rangel.

Para agilizarmos os nossos trabalhos – até porque, quero lembrar, temos inúmeras matérias na Ordem do Dia –, eu queria traçar, em conjunto com os senhores e as senhoras, o nosso cronograma de votação desta semana.

Em primeiro lugar, queria escutar o nosso Líder da Minoria, o deputado Sandro Régis; logo após, o Líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto.

Deputado Sandro, o seu microfone já está aberto.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os colegas parlamentares.

Presidente, eu até te liguei alguns minutos antes da sessão para saber como seria o procedimento que iríamos adotar hoje. O deputado Rosemberg me ligou desde cedo, e estou num processo de conversa dentro de minha Bancada, na qual existem dois graduados na Polícia Militar, o Capitão Alden e o Soldado Prisco.

Então, peço a V. Ex.^a alguns minutos para que a gente termine o debate interno, e eu venha trazer a V. Ex.^a e ao plenário da Casa qual será a posição da Oposição.

Sou um Líder que não tem o que dar, só tenho a palavra de esperança e o convencimento. Estamos aqui, repito, no debate interno de nossa bancada, por isso, peço a V. Ex.^a um pouco de paciência para que possamos tentar chegar a um denominador que contemple tanto o servidor quanto o Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido na sua plenitude.

Deputado Rosemberg Pinto... Deputado, tem de abrir o seu som, que está fechado. (Pausa) Abriu.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k. Bom dia a todos os deputados e deputadas.

Agradeço mais uma vez a todos os deputados do Governo e da Oposição por essa relação que a gente vem tendo. Aqui, o presidente já relatou essa nossa posição em defesa dos interesses dos baianos e das baianas.

Presidente, ontem nós fizemos uma reunião com vários deputados que tinham interesse em debater essa questão do abono de permanência. Outros deputados não puderam estar por conta da internet, já que, às vezes, estavam em locais que não pegam. Mas, em resumo, chegamos a um denominador comum.

V. Ex.^a participou dessa conversa, na qual o deputado Paulo Rangel sugeriu, depois de ouvir todos os deputados, uma nova emenda, que pressupõe um avanço no abono de permanência. Mantém o abono de permanência para quem já o tem, e garante abono de permanência para os 10% do quadro efetivo que estarão em condições de se aposentar. É lógico que nós vamos seguir o parecer dele, no qual está previsto um novo ajuste ao do Congresso, que aprovou o congelamento de novos abonos até dezembro de 2021. A partir daí, seguiria o trâmite normal.

Acho um avanço esse esforço que o deputado Paulo Rangel está fazendo, junto com todos, no sentido de buscar uma melhoria no projeto. Falei, inclusive, com o deputado Sandro Régis, que já se pronunciou sobre o tema, mas ele ainda está com alguma dificuldade no convencimento de alguns deputados.

Estou explicando isso para esclarecer qual é a ideia. Votaríamos esse projeto com essa alteração e, depois, iríamos para o outro projeto, que, coincidentemente, o deputado Paulo Rangel também é o relator. Pois bem, ele lê o relatório e, em seguida, a Oposição – como já me informou – pedirá vista. E assim, obviamente, teríamos, pelo menos, 48 horas para debater esse outro projeto.

Mas como ele pediu esse tempo, presidente, a minha sugestão é que a gente suspenda a sessão por 10 ou 15 minutos. Se, por acaso, não chegarmos a um acordo, a sugestão ao deputado Paulo Rangel – já que não teremos alternativa – seria

votarmos o projeto original, e o governador mandaria um novo projeto com a complementação para essa proposição que o deputado Paulo Rangel negociou. Eu acho que isso daria para ajustar.

Então, gostaria de sugerir, como primeiro plano, que votássemos já com a alteração. Se não for possível, votaríamos o projeto original, e o governador, amanhã, encaminharia o novo projeto com essas alterações do deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, eu acho melhor a gente tentar construir um acordo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Verdade.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) Se nós votarmos o projeto, será muito complicado para o governo mandar algo contra ele, não é? Se o projeto de lei já for aprovado na sua totalidade, eu acho difícil voltar a ter um projeto aqui nesta Casa que verse sobre isso.

Só queria dizer que, além dos dois projetos que estão em pauta hoje, nós temos aqui também o Projeto de Lei nº 23.862/2020, que dispõe sobre a suspensão, face à calamidade pública em saúde decorrente da pandemia da Covid-19, da contagem de prazos relativos a sanções administrativas, a processos administrativos disciplinares e sancionatórios que indica, e dá outras providências; o Projeto de Lei nº 23.863/2020, do Poder Executivo, que cria o Sistema de Proteção Social dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado da Bahia, altera a Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências; o Projeto de Lei nº 23.864/2020, do Poder Executivo, que estabelece a aplicação de sanção a quem, ilicitamente, divulga informações falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado da Bahia e dá outras providências – queria que os deputados se ativessem muito a este projeto específico, porque ele coloca, única e exclusivamente, notícias falsas "sobre endemias, epidemias e pandemias". Então, as outras *fake news* não se enquadram neste projeto, o.k.?; o Projeto de Lei nº 23.874/2020 – esse é essencial –, que autoriza o Poder Executivo a destinar recursos para pagamento de auxílio financeiro em favor de indivíduos infectados com o novo coronavírus, que aceitem ser hospedados no Centro de Acolhimento e Acompanhamento Clínico do Estado da Bahia, na forma que indica; além dos projetos de decreto legislativo.

Destaco que nós precisamos votar o Projeto nº 23.874 o mais rapidamente possível, por causa do Centro de Acolhimento. O que está acontecendo? O paciente é diagnosticado com a Covid-19, com o coronavírus, mas é assintomático. Ele não sente nada e, muitas vezes, quer sair para trabalhar, quer se dedicar, quer fazer alguma coisa. O que ocorre? Vai para a rua. Já aconteceram vários casos assim. Então, o que se está fazendo? Está sendo dada a oportunidade para ele ficar nesse Centro de Acolhimento e poder também ter a sua renda.

Deputado Sandro Régis. (Pausa) Tem de abrir o som do deputado.

O Sr. Sandro Régis: Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis: (...) deixa eu só trocar uma ideia aqui com V. Ex.^a, para a Bancada da Oposição entender melhor, porque, como está sem som, eu não consegui conversar com todos.

Só para entendermos a sua colocação. V. Ex.^a nos apresentou – até consultei o Carlinhos mais cedo –, regimentalmente, estas duas opções neste momento: nós votarmos...

(Interferência na conexão.)

Estamos ouvindo o som de Rosenberg. Aí fica difícil.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Tira o som de Rosenberg.

O Sr. Sandro Régis: Repetindo, presidente, eu peço que o senhor me ajude a termos um esclarecimento, principalmente, para a Bancada da Oposição.

Pois bem, temos duas opções: a de votarmos o projeto na sua integralidade, como veio antes; e a de votarmos o projeto conforme V. Ex.^a acabou de expor no início da sessão. Mas esse parecer só poderia ser trocado com o consentimento da Oposição. É isso?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Isso, só com a aquiescência da Oposição.

O Sr. Sandro Régis: Se não trocar o parecer, será votado o primeiro projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Será votado o parecer original.

O Sr. Sandro Régis: Nós não teremos outra opção, só essas: “a” ou “b”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É “a” ou “b”.

O Sr. Sandro Régis: Era isso que eu queria que deixasse claro, porque agora eu vou retornar ao grupo, aqui, da Oposição, já informando, presidente, que, qualquer que seja o projeto a ser votado, a Oposição já decidiu majoritariamente votar contra. Agora, nós só estamos dentro da discussão da troca do parecer, para se votar outro parecer e as coisas seguirem.

Então, eu peço a V. Ex.^a mais 5 minutinhos só, apenas para a gente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aqui tem algumas questões de ordem que eu vou liberando enquanto vocês vão debatendo.

O Sr. Sandro Régis: Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria até aproveitar... Antes de V. Ex.^a iniciar o debate aí, deputado Sandro Régis, eu queria fazer a seguinte proposta: o Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, vai ser objeto de vista e será apresentado, obviamente, depois da vista, o voto em separado. O nosso pedido e a nossa solicitação é que, em vez de fazer a vista, que apresente o voto em separado 24 horas depois, porque a gente votaria amanhã, quarta-feira, o Projeto de Lei nº 140/2020; votaríamos na quinta-feira o Projeto de Lei nº 23.874/2020; na sexta-feira, nós votaríamos a urgência do Projeto de Lei nº 23.863/2020; no sábado, nós votaríamos o Projeto de Lei nº 23.864/2020, que estabelece a aplicação de sanções a quem divulga *fake news*; no domingo, nós votaríamos o projeto que dispõe sobre a suspensão, face à calamidade pública de saúde decorrente da pandemia Covid-19, da contagem dos prazos; e, na segunda-feira, nós votaríamos os projetos de decreto legislativo apresentados pelos Srs. Deputados. Seria uma semana de muito trabalho, de muita,

sem sombra de dúvida, dedicação, porque, pela primeira vez, nós iríamos votar nesta Casa de segunda a segunda. Eu queria colocar essa sugestão aos senhores e gostaria depois de escutar as opiniões. Tem alguns oradores aqui que pediram questão de ordem. Enquanto o deputado Sandro não nos dá um posicionamento, eu vou abrir por ordem de inscrição.

Deputado Adolfo Menezes. (Pausa) Deputado Adolfo Menezes. (Pausa) Cadê o deputado Adolfo? Deve ter caído. Assim que ele retornar, nós passaremos a palavra ao deputado Adolfo.

Deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Alô...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está aberto, deputado.

O Sr. Marquinho Viana: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está aberto, deputado Marquinho. A conexão do deputado Marquinho travou.

O Sr. Marquinho Viana: Não consigo falar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está travada, deputado Marquinho.

O Sr. Marquinho Viana: Não consigo falar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, é melhor V. Ex.^a tirar o vídeo e manter só o áudio. (Pausa)

Enquanto o deputado Marquinho se organiza, vou passar a palavra ao deputado Antonio Henrique. Deputado Antonio Henrique Jr.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Bom dia, presidente, bom dia, Srs. Deputados. Eu quero aqui, presidente, primeiro, fazer um agradecimento ao nosso governador Rui Costa; ao nosso secretário da Saúde, Dr. Fábio Vilas-Boas; ao Núcleo Regional de Saúde Oeste, que hoje já começa a fazer os testes de Covid lá na Região Oeste da Bahia.

Quero parabenizar também a UFOB, que está junto nesse projeto – vão ser feitos lá no laboratório da UFOB –; os produtores da Região Oeste da Bahia, que entraram com recurso para a gente poder montar esse laboratório, aprovado pelo Lacen. Então, todos os exames hoje vão ser feito lá em Barreiras, pela UFOB, com o aval do governo do estado.

Então, os exames da Região Oeste serão descentralizados, não vão precisar mais vir para o Lacen, em Salvador. Vão ser feitos no Oeste da Bahia. Então, quero agradecer ao governador Rui Costa, porque descentralizou mais um serviço importante nesse combate à Covid, que é o exame da Covid. Então, quero agradecer a todas essas entidades que estão junto com o governo do estado, junto com a população baiana, para a gente cada vez mais melhorar a saúde, principalmente nesse momento tão difícil, em que a gente precisa ser urgente no teste da Covid.

Então, quero agradecer ao governador mais uma vez, à sua equipe e ao secretário Fábio Vilas-Boas por essa iniciativa tão importante, junto com a Universidade Federal do Oeste, onde tem um laboratório. E ela vai fazer os exames lá.

Então, quero parabenizar toda a população da Bahia e o governador do estado da Bahia.

Muito obrigado, presidente, por estarmos falando nessa hora tão importante para agradecer também os resultados importantes do governo do estado com a sociedade. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu que te agradeço.

Voltar a palavra aí ao nosso prezado amigo, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, nobres colegas parlamentares.

Sr. Presidente, mais uma vez, a Oposição demonstra que os interesses políticos estão muito aquém dos interesses da sociedade. Poderíamos, neste momento, entesar para que se fosse votado o primeiro projeto – nós sabemos que o primeiro projeto não agrada boa parte do Parlamento –, deixando muitos colegas nossos em situação desconfortável entre sua consciência e o governador.

Mas a Oposição não pensa assim. A Oposição pensa, efetivamente, em votar em prol do que nós acharmos melhor, mas não o ideal. Não vamos levar ninguém ao constrangimento, muito pelo contrário, e não vamos aqui criar situações desconfortáveis para os colegas membros do governo.

A Oposição, governador... presidente – quem sabe, um dia, governador?! – , irá conceder a V. Ex.^a a possibilidade de trocar o parecer, por entendermos que se o primeiro projeto era ruim, esse não é o ideal. Mas também temos que ter a consciência de que houve um avanço dentro das possibilidades.

A minha orientação é votar contra esse projeto. Nós votaremos contra o projeto, a Oposição votará contra, mas daremos a possibilidade da troca do parecer por entendermos que o primeiro parecer era devastador na vida do servidor público e da Polícia Militar. Mas, ao mesmo tempo, presidente, eu gostaria que V. Ex.^a, na votação do projeto e do parecer, nos informasse quantos deputados votaram a favor e quantos deputados votaram contra.

E quero aqui também, presidente, já que V. Ex.^a demonstra a todo instante a este Parlamento a preocupação do governador da Bahia, o Sr. Rui Costa... E nós escutamos aí diversos elogios – como agora o deputado Antonio Henrique usou 5 minutos para elogiar o secretário Fábio Vilas-Boas... Eu acho que V. Ex.^a, como líder deste Parlamento, e o Líder do Governo têm que trazer a este Parlamento a explicação: desde ontem saiu em todos os sites da Bahia sobre a compra de 49 milhões em respiradores de uma empresa fantasma, na Califórnia, pelo estado da Bahia.

Porque, se nós estamos fazendo tantos sacrifícios, e o servidor público também cortando na carne, nós não podemos conceder, ou não podemos permitir que R\$ 50 milhões dos baianos, dos contribuintes sejam jogados pelo ralo. Já está em toda a imprensa, inclusive na imprensa nacional! Nós vimos isso em outros estados, tendo um desdobramento muito sério. Então, nós não podemos tratar *en passant*.

Peço a V. Ex.^a, como grande guardião da democracia e do dinheiro público dos baianos, e ao líder Rosemberg, que venham a este Parlamento dar uma explicação

plausível. Se é verdade ou mentira o que os sites estão divulgando, de 49 milhões serem jogados pelo ralo na compra de respiradores em uma empresa fantasma, como disse o chinês presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

É essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Sandro, eu agradeço a V. Ex.^a. O deputado Rosemberg já tinha, obviamente, se posicionado de forma também a acatar a sugestão que foi dada. Então, em função de acordo de lideranças, eu gostaria de passar a palavra ao querido relator, deputado Paulo Rangel, para que se façam as alterações necessárias em seu parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Deputado Nelson, meu bom-dia! Bom dia a todos os deputados e deputadas desta Casa. Eu li em parte já o meu parecer. Eu acho até desnecessário ler a outra parte, senão a leio também. Para mim não tem problema. Eu vou iniciar. É até melhor iniciar a leitura toda e depois eu coloco as emendas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu acho que V. Ex.^a só precisa colocar essa redação.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: O.k.! Tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Facilitaria, não, deputado?

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Tudo bem. Olhe bem, deputado, como tinha colocado anteriormente, nós recebemos aqui uma emenda do Capitão Alden, a qual nós optamos pela recusa devido a ela propor a extensão desse direito até o dia 31 de dezembro. E o inciso I do art. 78 da Constituição veda que, em qualquer projeto de iniciativa do Sr. Governador, deputados façam alterações que venham acarretar despesas. Mas fiz aqui uma emenda de relator, que passo a ler agora, em seguida: (Lê) *“Emenda de Relator nº 01: Emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 23.780/2020: Art. 1º - Fica assegurado o abono de permanência, no valor equivalente ao da contribuição previdenciária ou para o respectivo sistema de proteção social, aos servidores públicos civis e aos militares que já o percebam ou que tenham preenchido os requisitos para a sua percepção até a data de entrada em vigor desta Lei.*

§ 1º - Os militares estaduais farão jus ao abono de que trata o caput deste artigo até o implemento dos requisitos para a transferência para a reserva remunerada ex officio.

§ 2º - Os servidores públicos civis farão jus ao abono de que trata o caput deste artigo até o implemento dos requisitos para aposentadoria compulsória. Art. 2º - Ressalvado o direito previsto no art. 1º, ficam vedadas novas concessões de abono de permanência até 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º - A partir de 1º de janeiro de 2022, poderá ser concedido abono de permanência, no valor equivalente ao da contribuição previdenciária ou para o respectivo sistema de proteção social, aos servidores públicos civis e aos militares que tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria e reserva remunerada voluntárias, desde que observado o disposto neste artigo.

§1º - As concessões do abono de permanência, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, não poderão ultrapassar, em nenhuma hipótese, o limite de 10% (dez por cento) em relação ao número de servidores efetivos em atividade, sob pena de apuração de responsabilidade.

§ 2º - Para efeito do limite de que trata o §1º deste artigo, serão computados:

I – no Poder Executivo, os membros e servidores efetivos em atividade da Defensoria Pública;

II – no Poder Legislativo, os membros e servidores efetivos em atividade do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios.

§3º - O limite de que trata o §1º deste artigo será apurado no mês subsequente ao término de cada quadrimestre, e o início do pagamento ocorrerá no mês seguinte ao da apuração, vedada a concessão de qualquer efeito retroativo.

§4º - Na concessão do abono de permanência de que trata este artigo será observada a seguinte ordem sucessiva de preferência:

I - data do implemento dos requisitos para a aposentadoria ou reserva remunerada voluntárias;

II - idade mais avançada.

§5º - Os militares estaduais farão jus ao abono de que trata o caput deste artigo até o implemento dos requisitos para a transferência para a reserva remunerada ex officio.

§6º - Os servidores públicos civis farão jus ao abono de que trata o caput deste artigo até o implemento dos requisitos para aposentadoria compulsória.” Isso, aqui, ficou repetitivo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Cadê a segunda parte?

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: (Lê) “Art. 4º - Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 10.957, de 02 de janeiro de 2008, e o art. 64 da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Então, é esse o nosso parecer como relator. Nós entendemos que está dentro da técnica legislativa, algumas dúvidas foram colocadas, mas para que essa leitura fosse feita houve todo um acordo.

No nosso entendimento, ele é constitucional e legal. Eu opto pela aprovação deste projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria explicar aos Srs. Deputados que, obviamente, nós estamos fazendo, aqui, uma mudança. E essa mudança do parecer do relator está sendo realizada por acordo.

Nós temos, aqui, não apenas a aquiescência do Líder Rosemberg Pinto como também do deputado Sandro Régis, mas sobretudo, do relator Paulo Rangel. Com as modificações, não terá nenhum problema – isso eu garanto para os senhores – no Executivo, o governador irá sancionar o projeto da forma que nós estaremos enviando. A partir do momento em que o governador sanciona a lei, ela tem validade plena. Eu gostaria de esclarecer aos Srs. Deputados que estão preocupados com essa questão.

Eu tenho aqui uma lista de inscritos: Adolfo Menezes, Hilton Coelho, Alan Sanches, Olívia Santana, Fabíola Mansur, Niltinho, Fabrício Falcão, Ivana Bastos, Jacó, Alex Lima, Soldado Prisco, Capitão Alden e Marcelino Galo. Essa aqui é a nossa ordem de inscritos.

Eu gostaria de no primeiro momento... Hoje, eu vou ter toda a boa vontade do mundo. Quero que nós todos tenhamos todas as nossas dúvidas tiradas. Então, eu vou dar a palavra ao Líder Sandro Régis, ao Líder Rosemberg Pinto e procederemos à votação no âmbito das comissões. Antes de votar no plenário, antes de votar no plenário, eu darei questão de ordem para todos os deputados que tenham qualquer, mas qualquer dúvida a respeito do referido projeto.

Agora, eu gostaria de fazer um pedido, eu gostaria de fazer um pedido, uma solicitação. Eu vou ficar aqui, hoje, com vocês até o final da sessão. Todas as questões de ordem, todas as questões de ordem que não forem relacionadas ao projeto de lei, que nós esperemos a conclusão da votação para depois nós iniciarmos as questões de ordem que não forem relacionadas ao projeto. Só isso que eu peço.

Vou dar a palavra aos Líderes Rosemberg e Sandro Régis para fazerem o encaminhamento. Antes de votar o projeto no plenário, eu darei as questões de ordem para esses deputados que estão inscritos, o.k.? Pedindo, mais uma vez: quem, por acaso, for falar de outro tema, que deixe para depois da votação final no plenário.

Então, pela ordem, o deputado Sandro Régis para encaminhar.

O Sr. Sandro Régis: Presidente, serei bem sucinto. Nosso encaminhamento aos deputados que fazem parte da comissão é votar contra.

E queria saber de V. Ex.^a, se V. Ex.^a dispõe de profissional que nos informe os deputados que votaram a favor e que votaram contra o projeto nas comissões?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sandro, eu próprio farei a chamada nominal dos Srs. Deputados e informarei. E vou, já que V. Ex.^a quer... Eu posso perguntar como cada um dos deputados irá votar, sem nenhum problema. O.k.?

Deputado Rosemberg Pinto, como V. Ex.^a encaminha a sua Bancada?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Primeiro, presidente, agradecer aí à Oposição a possibilidade da alteração do relatório do deputado Paulo Rangel. Oriento os deputados da Base do Governo na Comissão de Constituição e Justiça, ou nas comissões temáticas a votarem favoravelmente ao último relatório lido pelo deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, vamos lá! CCJ.

Deputado Sandro!

O Sr. Sandro Régis: Diga, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a quer saber como cada deputado irá votar?

O Sr. Sandro Régis: Pois, não. Exatamente, presidente. A Bancada de Oposição pede que a votação seja nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sem problema. Então, vamos fazer o seguinte...

O Sr. Sandro Régis: Se V. Ex.^a precisar de ajuda, eu irei agora ajudar V. Ex.^a. Sairei agora aqui da minha residência para ser seu secretário particular aí na comissão

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aqui Manuela, Rita e nosso querido Ernâni estão tirando de letra.

O Sr. Sandro Régis: Mas venha cá, Rita não está no decreto acima dos 60, não? Você está botando Rita para trabalhar, rapaz?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Rita tem 32, rapaz.

Como vota o deputado Zé Raimundo? Abre o deputado Zé Raimundo. (Pausa)

Deputado Zé Raimundo, está aberto o microfone.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pois não, Sr. Presidente, bom dia colegas deputados e deputadas. Sr. Presidente, eu voto favorável ao parecer pelos avanços que foram obtidos, pelas negociações do nosso Líder Rosemberg e, sobretudo, pela sensibilidade do governador Rui Costa, porque neste momento não está se retirando os direitos do abono previdenciário. Suspende-se até 31 do próximo ano e ainda se mantém um percentual. Até lá, Sr. Presidente, muita coisa vai acontecer! E, naturalmente, neste momento é muito importante essa decisão: mantém-se os salários em dia, garante-se o direito dos trabalhadores do serviço público e ainda, daqui a 1 ano e meio, teremos um novo cenário. Portanto, o governador não buliu em nenhum direito dos servidores públicos, apenas teve o cuidado, naturalmente, de resguardar as finanças do estado.

Por isso eu voto sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como vota o deputado Paulo Câmara?

Deputado Paulo Câmara, meu amigo.

O Sr. Paulo Câmara: Opa! Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Paulo Câmara, V. Ex.^a está com o cabelo com gel, todo arrumado.

O Sr. Paulo Câmara: Não! Eu tomei banho. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Rapaz, o deputado Paulo Câmara se preparou, de fato, para a sessão, viu?

O Sr. Paulo Câmara: Tomei banho! (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, amigo, Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, ouvindo agora, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Diga, meu irmão.

O Sr. Alan Sanches: Eu fico assim, às vezes, cada vez eu aprendo mais quando eu percebo que deputados como Zé Raimundo... Ele consegue quase convencer as pessoas que esse projeto não tira direitos. Claro que tira direitos!

Uma coisa são todos os servidores que terão o direito a esse abono, como têm hoje. A partir do momento que você limita a esse percentual de cada Poder em 10%, durante muito tempo, vários servidores não poderão ter direito a esse abono de permanência porque todos esses Poderes, tenha certeza, que já ultrapassam os 10%. Então, ficarão numa fila e poderão até vir a falecer sem ter direito a esse abono de permanência. Então, isso tem que ficar claro, estará tirando, sim, direito dos servidores.

O que nós poderíamos fazer era suspender esse abono até 31 do ano que vem, de 2021, para, depois disso, que a gente pudesse avaliar. Aí sim, tiraria os direitos dos servidores até 31 de dezembro de 2021 para depois saber como ficaria, mas tira direitos lógicos e legais aí, não tem nem dúvida sobre a retirada dos direitos.

Agora V. Ex.^a também, junto com o deputado Rosemberg, precisam agradecer muito, muito a essa concessão que o nosso Líder, que a Oposição, que Sandro Régis concedeu no retorno desse projeto, retorno ao parecer, tínhamos pedido vista ao parecer antigo. Então, V. Ex.^{as} precisam agradecer, e muito, a concessão, o trabalho que a Oposição, através do seu Líder, Sandro Régis, vem fazendo. Mas tem que ficar claro para todos nós e para toda a população da Bahia que, mais uma vez, o governador Rui Costa retira, retira mais um direito dos servidores.

O voto, com certeza, é contra.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan, se eu só estivesse devendo a boa vontade da Oposição à mudança do parecer, eu seria o homem mais feliz do mundo. A minha dívida é muito maior do que essa, mas, graças a Deus também, quando V. Ex.^{as} fazem qualquer sugestão... E ontem foi uma demonstração de que eu acato qualquer sugestão, qualquer vírgula que a Oposição mande, porque ontem eu suspendi a sessão e refiz o ato da Mesa para que esses projetos que estão sendo votados hoje estejam dentro da constitucionalidade, para a gente não passar nenhum tipo de constrangimento. Mas a minha dívida é muito maior do que essa.

Deputado Antonio Henrique Jr., V. Ex.^a está... tem que abrir o microfone aí, deputado Antonio Henrique.

O Sr. Antonio Henrique Jr.: Bom dia, presidente, de novo. Voto a favor do projeto lido pelo deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Ivana Bastos.

A Sr.^a Ivana Bastos: Voto com o relator, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rangel é o nosso relator e não precisa votar.

Deputado Samuel Junior, o microfone de V. Ex.^a está aberto.

O Sr. Samuel Junior: Obrigado, meu presidente. O senhor é sempre uma figura. Também estou com saudade de todos os nossos colegas deputados. Acompanho o relator, o meu grande amigo Paulo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Vitor Bonfim: Bom dia, Sr. Presidente, bom dia Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bom dia, querido amigo.

O Sr. Vitor Bonfim: Eu vou votar acompanhando o deputado Paulo Rangel, com as introduções trazidas no seu voto, com as emendas de relator apresentadas por ele no dia de hoje. Sei que não é o ideal, mas neste momento de crise que nós atravessamos, entre o ideal e o possível, a gente vai ficando sempre com o possível.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia. Como vota a deputada Fabíola Mansur?

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Presidente, como presidente da Comissão de Serviços Públicos, debatemos profundamente o projeto original, e entendemos que diante do colapso da arrecadação, mesmo assim tínhamos que fazer progressos como foram feitos. O projeto com as emendas permite a não extinção do abono permanência, essa é a grande diferença. Eu considero um grande avanço. Apesar de termos congelado até 31 de dezembro de 2021, esse projeto, por exemplo, ao estabelecer critérios, que foi o que a gente votou, na reforma da Previdência, a permanência do abono permanência observados os critérios que foram colocados de até 10% do teto. Ontem, tivemos uma reunião com a presença do governador e quatro secretários. Para dar um exemplo disso, temos no Executivo 104 mil servidores; e hoje, 11 mil servidores têm abono permanência, o que é 10,88%.

Então, quando nós conseguimos esse avanço com o aval da Oposição, com o debate de vários deputados da Base, entre os quais me encontro, e considerando os argumentos que foram colocados, a pandemia, o colapso da arrecadação, com redução de 40%, mas também defendendo como sempre defendi a manutenção do abono permanência, penso que conseguimos avançar, mantendo ainda que congelando por 1 ano e meio em função das consequências desta crise.

Então, não tenho nenhum problema em declarar o meu voto. Até porque fiz parte junto com os colegas deputados do aperfeiçoamento desse projeto enviado pelo Executivo. Saúdo esta Casa que, mesmo virtualmente, consegue debater ideias e sendo Base do Governo, conseguimos aperfeiçoar esse projeto que se faz necessário em função da arrecadação. Então, voto favorável ao parecer do relator, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como vota o deputado Jurailton?

O Sr. Jurailton Santos: Bom dia, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bom dia.

O Sr. Jurailton Santos: Bom dia, meus caros colegas deputados, saudade, presidente, dessa Casa, hein?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nós também estamos com saudades de você, irmão.

O Sr. Jurailton Santos: Quero parabenizar também o meu Líder, deputado Sandro Régis, pelo posicionamento. E o meu voto, presidente, é contra.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como vota a deputada Olívia Santana?

A Sr.^a Olívia Santana: Presidente, considerando as mudanças que houve, eu quero aqui parabenizar diversos deputados da Bancada do Governo, que se uniram mesmo no debate sobre a necessidade de melhorar o projeto, de não impor uma perda, uma extinção total do abono de permanência. Nós temos que garantir o nosso apoio ao governo, mas também temos os segmentos profissionais que nos apoiam e não são só aqueles que estão no topo da pirâmide dos salários, dos grandes salários do governo, do serviço público.

O movimento de professores está fazendo protesto, a APLB foi contra o projeto, mas nós temos a compreensão que os argumentos que o governo apresenta são argumentos que nos impõem, sim, fazer esse giro neste momento em favor da contribuição, para que o governo possa atravessar, de fato, essa crise avassaladora que não tem tempo, não sabemos quando haverá o crescimento da arrecadação em nosso estado. Não é um problema de 3, 4, 5 meses, nem de 1 ano, não é? Nós vamos amargar muito lá pela frente, porque é uma crise sanitária com uma crise econômica brutal e a crise sanitária aprofunda a crise econômica.

Por isso, vou votar a favor, sim, do projeto com essa modificação que houve. E quero parabenizar o Líder Rosemberg pelo esforço que fez para nos dar argumentos consistentes para fazermos essa votação e também termos capacidade de dialogar com as nossas bases.

É isso. O meu voto é com o relator, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Osni.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o meu voto é com o relator. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Roberto Carlos.

O Sr. Roberto Carlos: Presidente, bom dia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bom dia.

O Sr. Roberto Carlos: Está me ouvindo?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estamos ouvindo perfeitamente claro.

O Sr. Roberto Carlos: Muito bem. Primeiro, parabenizar V. Ex.^a, parabenizar todos os meus colegas por tantas votações que tivemos aqui na Assembleia Legislativa. Nunca tivemos tanta votação e tantas reuniões como estamos tendo agora. Parabéns a todos!

Eu quero dizer que, pelas mudanças que foram feitas no projeto, pela sensibilidade do nosso relator, eu o acompanho. Voto “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito obrigado, deputado.

Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, sigo o relator, conforme orientei a Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Presidente, bom dia, me ouve?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ouço bem.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Estou sem imagem aqui, porque a minha internet não está boa.

Eu quero cumprimentar todos os colegas e também manifestar a minha saudade aí de todos nesse Parlamento funcionando presencialmente. E quero lhe falar que, sobre o projeto, havia, deputado Alan, uma interpretação, uma dúvida sobre sua constitucionalidade, porque a indagação feita pelos deputados é que, se Constituição permitia o abono, por que, então, um projeto de lei para acabar com esse benefício? E foi construída uma saída a várias mãos: eu quero parabenizar aí o esforço do Líder em reunir a bancada, do presidente, de todos os deputados da Bancada do Governo – deputada Olivia; deputada Fabíola Mansur; deputado Zé Raimundo; deputado Paulo Rangel, o relator –, que encontraram a saída que eu acho que atende a todos os interesses. Superou essa dúvida da Constitucionalidade, porque o abono está mantido. Então, não tem mais essa dúvida.

Segundo, foi também encontrada uma saída para que, diante de um momento de pandemia, nós pudéssemos manter a austeridade requerida ao Poder Executivo para poder enfrentar este momento. Então, o arranjo feito creio que não trará grandes prejuízos. Já foi dito aqui que o número de beneficiários é atualmente um pouco superior a 10%, menos de 11%. Então, ao estabelecer esse teto, creio que vai se dar um prejuízo muito pequeno aos servidores que, eventualmente, não possam atender ao pré-requisito de uma fila que será criada.

Portanto, do ponto de vista, tanto da constitucionalidade, quanto do mérito, acho que o projeto é muito factível para o momento.

Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Talita. Como vota a deputada Talita? (Pausa) A deputada Talita, segundo informação, está de licença médica: está com a gravidez no final e com alguns problemas; mas, graças a Deus, eu tenho certeza de que ela vai ser brindada com esse grande presente que vem vindo muito em breve.

Como vota, então, o primeiro-suplente, deputado David Rios? Deputado David Rios, está aberto, deputado.

O Sr. David Rios: Voto contra, presidente. Contra, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado, irmão. Já registrei, muito obrigado.

Vamos agora para a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Deputado Robinho não está conseguindo conectar. Como vota... O deputado Robinho conseguiu entrar? (Pausa)

Como vota o deputado Luciano Simões Filho? O deputado Luciano Simões Filho deve estar cuidando do neném, obviamente.

Como vota o deputado Bobô? Deputado Bobô, V. Ex.^a está com o microfone

aberto!

O Sr. Bobô: Bom dia, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bom dia.

O Sr. Bobô: Bom dia, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Presidente, nós estamos vivendo, é claro, um momento realmente muito difícil. Eu acho que é importante a gente estar sempre ressaltando isso não só por conta da pandemia, mas também por conta do pós-pandemia, que, na realidade, já está se refletindo. Essa queda de arrecadação do nosso estado, ou seja, do orçamento do estado em 40% é extremamente danosa, preocupante. E isso faz com que a gente, obviamente, tenha um cuidado também com o equilíbrio fiscal do estado.

Também quero parabenizar o deputado Rosemberg Pinto, nosso líder, e V. Ex.^a, presidente, pela condução da reunião do dia de ontem. Ela foi muito importante, muito positiva, tirou dúvidas de quem tinha, de quem possuía dúvida naquele momento e fez com que a gente pudesse, de alguma maneira, melhorar a redação desse projeto. Portanto, eu voto “sim” ao parecer do relator, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agradeço.

Deputado Diego Coronel.

O Sr. Diego Coronel: Bom dia, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Diego Coronel! Bom dia, meu irmão.

O Sr. Diego Coronel: Bom dia, presidente. Está na escuta?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Perfeitamente, com um vozeirão desse!

O Sr. Diego Coronel: Pronto. Beleza! Bom dia a todos os colegas deputados e deputadas. Considero, realmente, que houve uma melhora significativa depois da reunião que aconteceu no dia de ontem e o meu voto é acompanhando o relator Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado.

Como vota o deputado Tiago Correia?

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, bom dia, bom dia a todos os colegas. Sr. Presidente. Eu queria parabenizar V. Ex.^a pela condução da reunião de ontem na tentativa de melhorar o texto do projeto; mas, no nosso entendimento ainda o projeto é muito ruim para os servidores, uma subtração clara de direitos. Nós acreditamos que não é o momento para apreciar esse projeto, deveríamos ter mais tempo, inclusive, para que esse aperfeiçoamento fosse mais profundo. Então, a nosso voto é pela reprovação do parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como vota o deputado Vitor Bonfim?

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, pelas razões anteriormente já dispostas, meu voto, no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, é pela aprovação do parecer do relator Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito obrigado, deputado Vitor.

Deputado Zé Cocá. Como vota o deputado Zé Cocá? V. Ex.^a está com o microfone aberto, deputado!

O Sr. Zé Cocá: Sr. Presidente, parabenizar V. Ex.^a pela condução dos trabalhos. E o meu voto é “sim”, presidente: acompanho o voto do relator.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado.

Deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, já votei e continuo votando.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (Risos) Mas agora o senhor é de outra comissão. V. Ex.^a é de outra comissão, então tem que colher o voto nas duas.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Eu sei. É equivalente, o mesmo voto: com o relator, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pronto.

Bom, nós não estamos conseguindo contato com os deputados Robinho e Luciano Simões Filho.

Então, o primeiro suplente da Maioria é o deputado Jacó. Como vota o deputado Jacó?

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr. Presidente, eu acompanho o voto do relator.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado.

O primeiro-suplente da Minoria é o deputado Targino Machado. Deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, está me ouvindo? Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou, sim. Limpo e claro.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, avaliando a inconveniência do momento para a apreciação desse projeto e avaliando as perdas para os funcionários, eu acompanho o voto da Oposição, votando contra o parecer do ilustre relator, deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito obrigado, deputado.

Deputado Sandro, o parecer do deputado Paulo Rangel foi aprovado com os votos que acabei de colher; e com os votos contrários dos deputados Paulo Câmara, Alan Sanches, Jurailton Santos, David Rios, Tiago Correia e Targino Machado.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, aprovado no âmbito das Comissões.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não. Quem me pede?

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, sou eu: Sandro.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, já sentindo que a Bancada do Governo, após a reunião em que V. Ex.^a ontem, juntamente com o governador, os convenceu

bem, a gente conhece, no andar da carruagem, como é que se procede o sentimento da Casa. Então, na votação do Plenário, aqui, agora, eu só peço a V. Ex.^a que registre o voto contra da Oposição, não precisando fazer a votação nominal dos Srs. Parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k., deputado, V. Ex.^a será atendido.

Então, agora nós começaremos as nossas questões de ordem. Eu estou colocando o projeto em apreciação já no Plenário. E nós estamos aqui com os seguintes oradores inscritos: primeiro, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes: Sr. Presidente, está me ouvindo? Me ouve, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou ouvindo, estou ouvindo. Ouço bem.

O Sr. Adolfo Menezes: A conexão está um pouco ruim, eu estou em Campo Formoso, a conexão está um pouco ruim.

Um bom dia a todos, eu não tenho problema nenhum com a sugestão da Oposição de expor o voto. Nós temos na Bahia um dos melhores, se não o melhor, governador do Brasil, um governador sério. A denúncia do deputado Sandro Régis tenho certeza absoluta de que não procede. Nós temos um governador que prima, todos os dias, pela legalidade, pela honestidade. Agora, infelizmente, nessa época de pandemia... nessa época de pandemia... O pessoal me ligando agora...

Presidente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Adolfo Menezes: Continua me ouvindo, Nelson? Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou, estou escutando bem.

O Sr. Adolfo Menezes: Então, não tenho problema nenhum em expor o meu voto. Eu voto no projeto do governo...

(Interferência na conexão.)

(...) O governador não joga para a plateia como outros...

(Interferência na conexão.)

(...) de responsabilidade fiscal... Não por ser contra funcionário, o governador ainda está atravessando, pagando em dia aos funcionários da Bahia. Portanto, o voto do deputado Adolfo Menezes é favorável na íntegra ao projeto do governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deu para concluir, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado.

O Sr. Adolfo Menezes: Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Oi, Adolfo.

O Sr. Adolfo Menezes: Então, para resumir, porque a conexão está ruim, eu voto com o projeto do governador na íntegra.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Marquinho Viana.

(Alguns Srs. Deputados discutem sobre ajustes na conexão.)

Deputado Sandro... Só um segundo, deputado Marquinho. Deputado Sandro, V. Ex.^a pediu aqui... Deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Deputado Nelson, eu fiquei muito atento às palavras do deputado Adolfo Menezes e, primeiro, eu gostaria que ele nos respeitasse, a Oposição. Primeiro, a Oposição não fez acusação nenhuma. Ele, no afã de puxar o saco do governador para querer se credenciar a novos ares na Casa, com a Oposição ele pode ter a certeza de que ele não contará com essa postura.

Nós não fizemos acusação nenhuma ao governador, nós apenas lemos a notícia que está em todos os sites. E eu tive o cuidado de falar com Rosemberg mais cedo sobre esse assunto, pedindo a Rosemberg que coletasse as informações para esclarecimentos, porque eu acho que esta Casa, ela tem Oposição, tem governador, mas não pode ser o símbolo do puxa-saquismo nem de governador, nem de prefeito, nem de ninguém. Então, deputado Adolfo, respeite a Oposição! Não é a Oposição que joga para a plateia. E, se ele continuar jogando assim para a plateia, com certeza, ele não terá vários votos da Oposição para a sua candidatura a presidente da Assembleia, porque eu mesmo vou coordenar esse processo!

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha que falar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Hilton Coelho. (Pausa) Não. Desculpe-me, deputado Hilton. É o deputado Marquinho Viana, deputado Marquinho Viana.

O Sr. Hilton Coelho: O.k., O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aí, Marquinho, está vendo, Marquinho? Você está vendo que eu cuido muito bem de você, Marquinho? Eu não esqueço de você.

O Sr. Marquinho Viana: Estou vendo, presidente! Obrigado pela atenção aí.

Eu queria só pedir, sei que está todo mundo em casa neste período, todo mundo com os nervos um pouco à flor da pele, sei que nós estamos vendo as coisas todas publicadas nos jornais. Ontem se publicou essa matéria aí dos respiradores, hoje se publicou novamente o secretário desmentindo o presidente da Câmara. É claro que tem que ser apurado todo esse processo aí, presidente. Não é questão de puxar o saco de “a” ou de “b”.

Vimos na televisão, no domingo, na *TV Globo*, na *Record*, outros estados, outros secretários de Saúde pedindo exoneração do cargo, com fraudes...

Então, realmente, com a publicação dos decretos de calamidade, não é que todos vão roubar, que vão desviar dinheiro, mas é claro que em todas as áreas há políticos bons e políticos ruins.

Só queria frisar que, aqui na Bahia, realmente o governador tem dado, realmente tem dedicado toda sua vida, tem sido um homem sério e está gerando os recursos.

Eu queria só lembrar que, ontem, eu fui um dos deputados que ponderaram a retirada do abono, vi que hoje foi melhorado, não se está tirando em definitivo. Sei que nós estamos passando por uma situação financeira difícil. O governador já

anunciou que, a partir de julho, vai ter dificuldade talvez até dos salários. Não é só cortar na carne do servidor. Eu, também, quero aqui dizer, presidente, que, embora não haja impedimento nenhum de cada deputado individualmente pedir ou fazer uma boa ação com seu salário, seria bom se nós, deputados, pudéssemos analisar e dispor parte desse salário nosso, não sei se 20 ou 30%, para destinar a alguma entidade, duas ou três entidades, para ajudar o Irmã Dulce ou algum abrigo de idosos, para a gente fazer uma boa ação nossa. Sei e repito aqui que não está proibido que cada deputado pegue até o seu dinheiro todo e entregue. É claro que, se fizermos isso em conjunto, todos os 63, serão beneficiadas mais entidades e mais pessoas.

Eu queria dizer, também, presidente, que, com a melhoria desse projeto – embora não tenha participado da reunião com o governador nem com a Mesa Diretora –, eu sou favorável a aprovar, nesse relatório, para que, futuramente, quando o país melhorar e acabar essa pandemia, possamos melhorar a parte do servidor, porque o servidor, realmente, dedica a sua vida a todos os baianos e à Bahia. É claro que não são todos: como também tem pessoas que não trabalham tão corretamente na política; no serviço público e na área privada, também.

Obrigado, presidente, pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Hilton. Eu volto a palavra, também, depois, ao deputado Adolfo, que está pedindo pela ordem.

Deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, me ouve?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sim.

O Sr. Hilton Coelho: Certo. Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, não poderíamos deixar de registrar muito rapidamente a permanência da política do Sr. Jair Bolsonaro com seu discurso, funcionando como uma espécie de máquina da morte discursiva.

Então, é preciso registrar que o presidente permanece divulgando a ideia de que a população deve se expor ao coronavírus. O último posicionamento do governo do presidente, do atual, desse indivíduo que porta a faixa presidencial atualmente, realmente foi um escárnio em relação a dor das famílias brasileiras: convocar, convidar para um churrasco, como se o Brasil pudesse fazer comemorações neste momento tão sombrio, num momento tão triste da vida nacional.

E é por isso que nós não poderíamos deixar de dizer aqui: fora Bolsonaro e Mourão! Fiquem em casa! Fiquem em casa e esqueçam o que tem dito esse presidente da República. Não se vulnerabilize. Não vulnerabilize os seus. Não vulnerabilize o nosso país e o mundo. Está bom? Eu não poderia deixar de dar esse recado, Sr. Presidente.

Em relação ao Projeto nº 23.780/2020, Sr. Presidente, muito se falou aqui em consenso e em modificações no relatório feito a várias mãos. Eu quero dizer que essas tantas mãos não contaram com as mãos do Partido Socialismo e Liberdade, do Partido Comunista Brasileiro e da Unidade Popular. A nosso ver, Sr. Presidente, esse projeto é extremamente nocivo aos servidores e ao serviço público.

O que vai acontecer, inevitavelmente, em diversas áreas – eu estou falando pelos trabalhadores na área de educação, eu estou falando pelos trabalhadores na área de saúde, eu estou falando por diversos órgãos, inclusive a Procuradoria do Estado – enfim, que vai haver, realmente, uma queda muito grande de pessoas no serviço público, retirando essa vantagem daqueles que poderiam permanecer nos cargos públicos, num contexto em que nós sabemos: não existe intenção, hoje, do governo em fazer um nível de concurso público que a máquina pública exige, no estado da Bahia. Essa é a realidade.

Nós precisaríamos que o governo fizesse uma revisão da sua prática muito profunda e muito célere, o que, no contexto atual, o governo procurará justificar, dizendo que não é viável a realização de concurso público, e o que nós veremos, na verdade, é, mais uma vez, o governador Rui Costa se adequando à política do governo Jair Bolsonaro, não é? Porque Jair Bolsonaro, enquanto faz aquele teatrinho junto com o Mourão, tentando justificar os seus posicionamentos nacionalmente, o Congresso Nacional, especialmente através do Centrão, que hoje faz um acordo com Jair Bolsonaro para tentar evitar que ele afunde no impeachment, esse Congresso Nacional aprova uma política conservadora que compromete ainda mais a máquina pública, desvia muito mais recurso para o sistema financeiro, para o esquema do mercado financeiro, nacionalmente, nos municípios e nos estados também, sequestrando os orçamentos. E essa política vai levar a possibilidade de que empresas privadas, mais uma vez, as terceirizações penetrem ainda mais no serviço público, que não vai poder ser totalmente paralisado, o que pode acontecer com a retirada, com a saída desses trabalhadores, desses servidores públicos, em função da retirada do direito ao abono permanência.

Então, o que nós estamos votando aqui, além de uma agressão muito grande a esses trabalhadores, nós estamos votando, vai ser o voto aqui da maioria desta Casa, não o voto do PSOL, do PCB, da Unidade Popular, volto a frisar aqui, mas a maioria desta Casa acabou legitimando, vai acabar legitimando uma posição que vai degradar a própria máquina pública seja pelo enfraquecimento, seja pela justificativa para os processos de terceirização e precarização do trabalho, que já são tão largos na máquina pública do nosso estado.

Por tudo isso, o nosso voto, o voto do PSOL, da Unidade Popular, e do Partido Comunista Brasileiro vai ser um voto contrário a esse projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes: Infelizmente, o Líder está levando uma certa vantagem porque, como Líder, ele está participando direto. Queria dizer ao deputado Sandro Régis que ele está nervosinho nesse final de manhã, que, se ele tiver o cuidado e o trabalho de verificar nos Anais desta Casa, eu sempre tive posição quando não se falava em presidente da Casa.

Eu defendo porque eu tenho lado. Eu defendo o governador com consciência, porque eu sei – e não precisa nem eu ser redundante – porque a Bahia lhe deu a maior vitória de todas as eleições do estado da Bahia até hoje. Deputado Sandro Régis, eu

queria dizer a V. Ex.^a que eu não puxo o saco de ninguém, eu tenho posições. Tanto é que se você for nos Anais desta Casa, eu relatei, quando ninguém queria relatar, projetos contra o funcionalismo público, quando minha mãe, minhas tias, minha família tem vários servidores públicos, mas eu votei e relatei com consciência.

Então eu queria dizer a V. Ex.^a que nervosinho não resolve nada. V. Ex.^a falou, eu posso ter ouvido na íntegra, pela conexão, de uma denúncia grave de compra de respiradores de R\$ 49 milhões e eu dei a minha posição. Porque eu acredito, como 80% dos baianos acreditam, não é questão de puxar saco, não, deputado Sandro. É questão de consciência, por isso que eu abri meu voto desde ontem. Não tem nada a ver com presidência da Casa.

Tenha um pouco de trabalho, junto com a sua assessoria, e volte ao passado, e veja todas as minhas posições há todos esses anos que estou na Assembleia. Em vários projetos que eu relatei a maioria dos deputados da Base do governo não queria se indispor com funcionário público. Porque ninguém gosta de ter direitos retirados pela situação do Brasil e pela situação.

Então eu queria dizer, deputado Sandro, respeito todos na Assembleia, por isso gostaria de ser respeitado. Então, não adianta vir com nervoso para cima de mim não, Sandro, o.k.? Posso não responder direito, porque estou falando de Campo Formoso e a conexão está ruim. Eu não puxo o saco de ninguém, nem de Rui Costa, nem de ninguém, como eu acredito que V. Ex.^a não puxa o saco do prefeito ACM Neto, o.k.?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E se for citado novamente, já está pedida a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aí a gente vai ficar 1 mês aqui.

Deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, deputados, deputadas, o deputado Adolfo parece que não entendeu quando Sandro Régis, o nosso líder, trouxe à baila, o que, praticamente, eu acredito, todos já sabem. Está em todos os noticiários que o governo do estado da Bahia, não sou eu que estou falando, não é o deputado Sandro Régis. Está noticiado na imprensa da Bahia e do Brasil que o governo do estado da Bahia não teve cuidado, não teve zelo, não teve responsabilidade. Isso é o que está noticiado. Não é denúncia de Alan, não é denúncia de Sandro, não é denúncia de absolutamente ninguém da Oposição.

O que a Oposição cobra e que inclusive o deputado, o presidente Nelson Leal ouviu de Sandro Régis, na sua primeira colocação, falando sobre isso, e não trouxe nenhum comentário a esse respeito, presidente Nelson Leal, apenas passou a palavra para que o Paulo Rangel desse o parecer.

O que nós, enquanto deputados, enquanto Oposição, enquanto cidadão, queremos saber é se isso que está acontecendo, essa falta de zelo, de responsabilidade, de cuidado com o erário por parte do governo do estado é verdadeiro ou não. É isso que a Oposição quer saber porque, se for isso, é muito grave. Quando começa o governo do estado a apertar os cintos de todos os baianos num momento desse, justificado por causa da pandemia, ele não tem controle dos seus cofres.

Então, isso é extremamente grave. Então, não é denúncia da Oposição, nem de Sandro, nem de Alan, isso está noticiado na imprensa brasileira. E o que nós queremos saber é que haja o esclarecimento disso. Isso é muito simples. Não é jogar para a plateia, não é puxar-saco, não é nada disso, mas nós precisamos desse esclarecimento porque o que eu tenho visto, presidente, colegas, é que o governo do estado se aproveita da pandemia para começar a trazer projetos que não deveriam ser feitos agora. Se a gente quisesse controlar um projeto desse, maléfico, nefasto, ruim para o servidor, se a gente quisesse, poderia apenas suspender temporariamente até que a economia voltasse, e não fazer de uma forma definitiva. Então, o que nós estamos vendo é o aproveitamento, também do governo, em nome dessa pandemia, para justificar alguns outros projetos.

Então, eu quero deixar aqui a minha questão de ordem e preciso, junto com o deputado Sandro Régis, do esclarecimento sobre esses R\$ 49 milhões. Nós perdemos os R\$ 49 milhões ou tudo isso que está noticiado é mentira? Então, eu queria deixar isso claro, essa mensagem. E, presidente, espero realmente contar com esse esclarecimento através de V. Ex.^a, o nosso presidente, o líder desse Parlamento baiano. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Abra o microfone do deputado Rosemberg, por favor.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu acho que seria interessante V. Ex.^a trazer o esclarecimento aí para, obviamente, os deputados. Se, por acaso, V. Ex.^a ainda tiver necessidade de fazer alguma checagem, eu posso, obviamente, ir passando os deputados que estão aqui inscritos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, presidente. Eu tenho essa informação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Numa reportagem, há pouco, do secretário Fábio dizendo que é uma empresa homônima a que foi citada pelo presidente da Câmara Brasil-China. Então, com a palavra V. Ex.^a

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, conversei já com o governo, conversei com o secretário, com todo mundo. Na realidade, se trata de uma nova compra, não se trata daquela compra anterior. Foi feita uma nova compra via essa empresa, que é uma empresa idônea, não tem nada a ver com o que esse rapaz, o representante do Brasil-China falou. É uma empresa extremamente habilitada, foi a empresa que informou ao governo baiano que a China colocou para ser entregue esses respiradores nos meses de junho e julho. Por conta disso, o governo, então, tomou a iniciativa de suspender, de cancelar a contratação, e a empresa está devolvendo os R\$ 49 milhões.

O procedimento internacional é assim, você paga para depois receber, nesses casos. Então, isso já está esclarecido. Inclusive a PGE, através de Paulo Moreno e, também, o representante dos Estados Unidos aqui, conversaram, inclusive estão acionando a pessoa, o representante daqui do Brasil/China, judicialmente, sobre essas informações.

Então, Sandro, é verdade. Sandro me ligou logo cedo pedindo esse esclarecimento. Eu não tinha ainda, mas se trata do que disse essa pessoa, de uma empresa homônima, ou seja, não tem nada a ver com a empresa em que foram contratados os respiradores. E o contrato foi suspenso por iniciativa da própria empresa que informou que a China pediu um prazo de 2 meses para entregar os equipamentos, e isso, obviamente, não interessava ao estado baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito obrigado, deputado Rosemberg, pelos esclarecimentos.

Deputados, tem, aqui uma série de parlamentares que ainda estão inscritos. E eu gostaria de dizer que eu ficarei na sessão até o término dela. Mas eu quero colocar em votação, porque tem pessoas que estão no interior e estão com dificuldade de manter suas conexões, e aí eles ficam entrando e saindo. Então, aqui, eu tenho os seguintes inscritos ainda: Olívia Santana, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Jacó, Alex Lima, Soldado Prisco, Capitão Alden, Marcelino Galo, Jurandy Oliveira e deputado Zó. Então, eu vou colocar primeiro em votação. Assim que terminar a votação, eu reiniciarei com as questões de ordem.

Já tem a orientação dos Líderes da Maioria e Minoria a respeito de como é para proceder à votação. Então, eu faço o seguinte questionamento a cada um dos deputados: os Srs. Deputados que concordam com o parecer, que concordam em aprovar o projeto em discussão, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com o voto de todos os deputados da Minoria aqui presentes.

Vou registrar os votos contrários de todos os deputados aqui presentes.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 23.780 DE 12 DE MAIO DE 2020

Disciplina o abono de permanência dos militares estaduais e servidores públicos civis do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica assegurado o abono de permanência, no valor equivalente ao da contribuição previdenciária ou para o respectivo sistema de proteção social, aos servidores públicos civis e aos militares que já o percebam ou que tenham preenchido os requisitos para a sua percepção até a data de entrada em vigor desta Lei.

§ 1º – Os militares estaduais farão jus ao abono de que trata o *caput* deste artigo até o implemento dos requisitos para a transferência para a reserva remunerada *ex officio*.

§ 2º – Os servidores públicos civis farão jus ao abono de que trata o *caput* deste artigo até o implemento dos requisitos para aposentadoria compulsória.

Art. 2º – Ressalvado o direito previsto no art. 1º, ficam vedadas novas concessões de abono de permanência até 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º – A partir de 1º de janeiro de 2022, poderá ser concedido abono de permanência, no valor equivalente ao da contribuição previdenciária ou para o respectivo sistema de proteção social, aos servidores públicos civis e aos militares que tenham preenchido os requisitos para a aposentadoria e reserva remunerada voluntárias, desde que observado o disposto neste artigo.

§ 1º – As concessões do abono de permanência, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, não poderão ultrapassar, em nenhuma hipótese, o limite de 10% (dez por cento) em relação ao número de servidores efetivos em atividade, sob pena de apuração de responsabilidade.

§ 2º – Para efeito do limite de que trata o §1º deste artigo, serão computados:

I – no Poder Executivo, os membros e servidores efetivos em atividade da Defensoria Pública;

II – no Poder Legislativo, os membros e servidores efetivos em atividade do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios.

§ 3º – O limite de que trata o §1º deste artigo será apurado no mês subsequente ao término de cada quadrimestre, e o início do pagamento ocorrerá no mês seguinte ao da apuração, vedada a concessão de qualquer efeito retroativo.

§ 4º – Na concessão do abono de permanência de que trata este artigo será observada a seguinte ordem sucessiva de preferência:

I – data do implemento dos requisitos para a aposentadoria ou reserva remunerada voluntárias;

II - idade mais avançada.

§ 5º – Os militares estaduais farão jus ao abono de que trata o *caput* deste artigo até o implemento dos requisitos para a transferência para a reserva remunerada *ex officio*.

§ 6º – Os servidores públicos civis farão jus ao abono de que trata o *caput* deste artigo até o implemento dos requisitos para aposentadoria compulsória.

Art. 4º – Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 10.957, de 02 de janeiro de 2008, e o art. 64 da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2020.

Deputado Paulo Rangel Lula da Silva
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu vou passar a palavra, primeiro, ao deputado Soldado Prisco. Soldado Prisco. Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Pronto, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Melhorou agora?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Melhorou.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, meu voto é contrário a este projeto. É uma retirada de direitos, sim, dos servidores. Aliás, desde o início, o meu voto é contrário a esse projeto porque, desde o início que esse projeto foi colocado em pauta, fui contrário à votação desse projeto, até por que o momento não previa essa votação, o decreto até foi alterado aí para que esse projeto fosse votado, mesmo assim continuo sendo contra. Não acho que é o momento para que esse projeto seja votado. Infelizmente, o governo assim não entende e está retirando um direito do servidor público, um direito histórico.

Fiquei triste em ver deputados inclusive da Base do Governo, que são servidores públicos, entre aspas, votando a favor de um projeto desse para retirada dos direitos dos servidores. Eu sou radicalmente contra a votação do projeto e também sou contra a votação nesse momento. Acho que é um momento de pandemia e devia ser específico para isso. A respeito, a maioria vai ser voto contrário e tenho que deixar o meu voto.

E sobre a questão da legalidade, Sr. Presidente, que o deputado Adolfo Menezes colocou aí, acho que ele deveria avaliar um pouquinho o governador Rui Costa, porque ele não cumpre ordem judicial, não compre acordo com o Ministério Público. Então, não pode ser considerado um governador legalista. E outra coisa, a Casa de deputados é uma Casa do Poder Legislativo. A nossa função é fiscalizar o Executivo. Não vi nada demais em o Líder Sandro pedir explicação. Fica parecendo que os deputados aqui, não vou ofender a todos, mas alguns deles, fazem parte do Executivo. É uma Casa homologadora do Executivo. Se há uma denúncia, tem que ser investigada, e a obrigação desta Casa é fiscalizar. Foi nada mais isso que o líder Sandro fez.

Então, Sr. Presidente, observe aí o deputado Adolfo Menezes, peça ao governador para ser realmente legalista e cumprir as ordens judiciais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, só para não deixar nenhum tipo de dúvida, o projeto foi aprovado com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

Com a palavra agora a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Sr. Presidente, agora que o projeto foi aprovado, eu quero fazer uma referência, primeiro, parabenizar V. Ex.^a, presidente, pelo trabalho da *TV ALBA*. Acho que é muito importante a decisão que V. Ex.^a tomou de prestar um serviço público educacional a partir da *TV ALBA*, ajudando e colaborando com esses estudantes de escola pública, já que a *TV ALBA* agora vai ter um trabalho também voltado para o Enem, a preparação para o Enem.

Eu sou do movimento pelo adiamento do Enem, acho que o Enem tem que ser adiado e a gente chegou a um tempo no Brasil que tem que lutar pelo óbvio. Se não

está havendo aula, se nós estamos numa quarentena, uma pandemia que desafia o mundo, que desafia a ciência, é óbvio que o Enem, que o exame tinha que ser adiado, assim como outros países já fizeram, os que têm exames semelhantes ao Enem também já adiaram para pós-pandemia ou, pelo menos, para o momento em que a situação esteja mais controlada. E, aqui no Brasil, o ministro faz questão de fazer vistas grossas à situação, de ficar numa postura negacionista em relação à pandemia e manter o Enem, o calendário do Enem.

Então, nós estamos fazendo um movimento com a UNE, com as organizações do movimento estudantil e setores que tenham alguma lucidez estão lutando pelo adiamento do Enem, o que é o mais adequado. Senão, a população, a juventude das escolas públicas, de maioria negra – não é? –, que não tem Wi-Fi, que não tem estrutura em casa, não vai ter condições de acompanhar isso.

Então, eu aqui parablenzo toda a equipe da TV ALBA por estar fazendo esse trabalho, porque embora os estudantes estejam em casa, eles precisam ter uma atividade educacional, sim, acessar conteúdos de boa qualidade para ajudar na sua formação.

Faço também, aproveito e faço logo, a referência ao projeto da *fake news*. A gente tem que votar logo mesmo esse projeto da *fake news* porque é desumano ver pessoas disseminando notícias falsas sobre a pandemia, sobre como tratar a pandemia. E, infelizmente, há uma faixa da população que ainda acredita, que não checa as informações.

É muito importante esse projeto do Executivo que trata da penalização, da criminalização administrativa dessas situações de *fake news*. A Casa vai prestar um serviço importante à população com a aprovação dessa lei, não é?

Finalizo dizendo que eu confio no governo do governador Rui Costa, acho uma leviandade qualquer suspeição. Respeito o papel da Oposição, oposição cobra mesmo, tem que cobrar, mas eu tenho muita tranquilidade em relação à idoneidade do governo. Não está sendo fácil para qualquer governador, e principalmente um governador do Nordeste, de um estado como a Bahia, tão precário, como é a população baiana, enfrentar essa pandemia.

O governador tem feito isso com muita maestria. Todo mundo sabe da dificuldade para se comprar respiradores, é disputa mundial, nós estamos numa situação comparada a uma situação de guerra...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputada Olívia.

A Sr.^a Olívia Santana: (...) Então, é isso mesmo, são empresas que se apresentam e fazem coisas como essas que estão fazendo.

Eu quero lembrar que o governador Flávio Dino teve que fazer uma operação cinematográfica para comprar 107 respiradores.

Então, fica aqui o nosso registro de confiança no governo, na Secretaria de Saúde, no secretário de saúde. Eu tenho certeza que a Bahia vai conseguir garantir a compra desses equipamentos para garantir a pauta da vida, acima da leviandade, e irresponsabilidade, e fascismo do presidente da República.

É isso, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, a minha questão de ordem – a minha realmente é uma questão de ordem – é no sentido de que nós estamos chegando próximo ao meio-dia e estamos com uma dificuldade de conexão com vários parlamentares, alguns, inclusive, saindo.

Então, eu queria fazer um apelo aos deputados da Base do Governo para que a gente pudesse colocar o projeto de lei da PGE, cujo deputado é relator. Ele vai ler – a Oposição já assumiu que vai pedir vista –, ele só lê, a Oposição pede vista, e depois continua-se as questões de ordem, porque o que eu estou vendo é que as questões de ordem são muito mais manifestações sobre determinados temas. Eu estou preocupado por conta... porque esse projeto aí está sobrestando a pauta. Se nós não o votarmos, não poderemos votar os outros projetos que estão previstos.

Então, eu queria ponderar com todos os deputados, presidente, queria que V. Ex.^a pudesse encaminhar junto aos deputados essa minha questão de ordem no sentido de fazer a inversão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É... eu tenho aqui... é... Bom, algum deputado que está aqui inscrito vai... é... algum deputado que está aqui inscrito vai desistir da questão de ordem ou a manterá?

(Silêncio)

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

Ninguém retirou, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu estou pedindo apenas para votar, que depois continuem as falas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu... eu... eu também acho que é o mais lógico, mas... fazer o quê?

Deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: A minha questão de ordem é no sentido de reafirmar o nosso compromisso de um debate democrático e de avanços que foram conquistados por conta desse debate. Por isso, mantive minha questão de ordem. O abono permanência: defendi, junto com outros colegas, a sua permanência por conta da essencialidade da organização do serviço público, do direito adquirido. No entanto, esses avanços, neste projeto, eles foram conquistados pelo debate democrático com esta Casa, e com o entendimento da Oposição, e com a explicação do governo do estado.

Eu só quero ratificar isso porque está sendo gravado pela TV ALBA, e as pessoas precisam entender: o abono permanência, ele está mantido para quem tem direito adquirido; e mantido, a partir de 2022, com o teto de 10%. Isso garante um direito adquirido para 10% dos Poderes.

Eu acho que é importante a gente dizer isso, porque a gente tem que ter a responsabilidade e a consciência de buscar aperfeiçoar... E não é verdade que nós

homologamos projetos do Executivo, muitos colegas deputados, na sua maioria, vêm, ouvem as bases, os movimentos sindicais, e aperfeiçoam os projetos encaminhados pelo Executivo, como a própria reforma da Previdência, em que nós tivemos um pedágio mais suave, diminuição da idade mínima e uma série de outras coisas que melhoraram o remédio amargo. Então, é preciso dizer isso.

Em relação também ao que foi dito sobre os 49 milhões, eu quero aqui ratificar, muito na fala da deputada Olívia, a confiança no governo do estado. O secretário já foi se explicar. É claro que é dever desta Casa fiscalizar, e os deputados da Base já haviam, desde a manhã cedo, solicitado explicações. Entendemos que há um verdadeiro tráfico de respiradores por atravessadores, uma coisa absurda porque respiradores salvam vidas.

É impressionante como atravessadores comprem produções inteiras de fabricantes da China para vender a preços exorbitantes, colocando gestores de vários locais, gestores de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de todos os estados, praticamente, numa saia justa entre arriscar e tentar trazer respiradores ou ficar sem respiradores e perder vidas. Esse é o dilema do gestor! E todo o gestor que está sentado na cadeira, no Brasil pandêmico, vive esse inferno. Não só isso, como o leilão de preços de respiradores, de oxímetros, agora, de EPIs.

É importante que as pessoas saibam disso, porque nós temos um presidente, Bolsonaro, que nada faz pelo seu povo; um ministro da Saúde totalmente rendido, que nem sabia do absurdo, da irresponsabilidade de termos a facilitação da abertura de salões, barbearia e academias, considerados serviços essenciais. Não são essenciais à vida!

Essencial à vida é a gente manter o isolamento, é evitar aglomeração. E o presidente, em vez de fazer aquilo que deveria fazer como líder, coloca em xeque os governadores, os prefeitos, que estão se virando para trazer respiradores a preço exorbitantes.

Eu quero me alongar, Sr. Presidente, porque a China, infelizmente, não está negociando diretamente. Até porque são as empresas que negociam com o governo federal.

O ministro da Saúde cancelou a vinda de respiradores da China porque, supostamente, nós teríamos como produzir ventiladores mecânicos na USP. Ora, muito desejado! Defendo a indústria brasileira, que ao longo dos anos foi sucateada, e infelizmente nós não temos a capacidade de ter todos os respiradores.

Mas quero deixar muito claro, aqui, que esta Assembleia é fiscalizadora, sim, independente de ser base ou de ser oposição. É importante trazer esse aspecto, sim! Precisamos esclarecer, como foi esclarecido, que não é a mesma empresa.

Mas nós precisamos também deixar claro o que está acontecendo no mundo. Se nós não conseguirmos trazer ventiladores mecânicos, muito do esforço do nosso governador, que salvou e salva vidas na Bahia, estará perdido. As pessoas morrerão em casa, sem acesso a UTIs.

Esses respiradores, que custavam em torno de US\$ 15 mil... Tem respiradores sendo leiloados por 170 mil, 200 mil, e fica, então, o gestor sem saber: “Compro uma

coisa por 50%, 100% a mais do valor ou deixo o meu povo morrer?” Sinceramente, fiscalizar, a gente deve; apurar, a gente deve; mas, se eu fosse um gestor, eu estaria fazendo todo um esforço para trazê-los, como estão fazendo todos os outros gestores.

A gente tem que fiscalizar, tem que colocar o Ministério Público, tem que colocar o Tribunal de Contas, mas, no entanto, ser sensível sobre o que está acontecendo no mundo, porque, senão, vamos comprar o texto de Bolsonaro de que os governadores, quem ele deveria estar defendendo, quem ele deveria estar atendendo, porque seria atender brasileiros... Eles, os governadores, são colocados como corruptos.

Por fim, já para terminar, quero me associar também ao Movimento Adia Enem, lembrando aos estudantes que nos ouvem aqui que as inscrições estão mantidas de 11 a 21, mas nós temos que adiar, o que é uma indicação, Sr. Presidente, para que V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Fabíola, já tem 8 minutos que V. Ex.^a...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) Não! Já concluindo! Já concluindo!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): 8 minutos!

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Já concluindo, V. Ex.^a! Já vou concluir, 30 segundos.

(...) para que V. Ex.^a, a Assembleia Legislativa da Bahia, encabece junto com a Unale um movimento para adiar a realização do Enem.

Deixo meu abraço pelo Dia da Enfermagem a todos os enfermeiros e enfermeiras que, devido a sua vocação e missão, estão salvando vidas na linha de frente. Parabéns a esses profissionais, o nosso aplauso.

Obrigada pela sua tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu gostaria que os deputados... Olhem só, nós temos ainda dois projetos aqui para serem votados, mas estamos com a pauta trancada, tem inúmeros projetos para serem votados. Vamos... tudo bem que usem a questão de ordem, mas, pelo menos, vamos ser mais rápidos, vamos tentar ver se nós destravamos essa pauta. Hoje, nós temos ainda outro projeto, tem outro projeto para ser votado, então... nós não conseguimos ainda concluir o primeiro. Acabamos fazendo o primeiro, agora que nós... Assim que terminarem essas questões de ordem, eu vou passar a palavra ao relator para iniciar a votação do segundo. Agora já são 12 horas.

Com a palavra o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão: Sr. Presidente, demais deputados, Sr.^{as} Deputadas, meu bom-dia. Eu acho que nós temos apenas que ser claros no tempo, não é? Eu acho que ninguém deve falar mais do que o outro. Eu acho que...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É isso aí!

O Sr. Fabrício Falcão: (...) Eu acho que quando der 5 minutos, tem que cortar o microfone e acabou, porque, senão, vira... Agora, eu acho também que o Líder Rosenberg está errado porque, como ele tem condição de Líder, ele fala quantas

vezes quiser. E eu não sou aqui empregado de ninguém, e tenho o direito de falar sobre o projeto porque aqui eu sou um deputado estadual com a mesma força de mandato e de voto dos outros.

Como não sou Líder do Governo nem da Minoria, mas do meu partido, eu quero me inscrever quantas vezes eu quiser, porque não estou aqui só para poder balançar a cabeça, não! Estou aqui para trabalhar e usar da clareza e da condição de minha fala em qualquer momento. Estou aqui trabalhando também! Acordei hoje, às 5 horas da manhã, já fiz um monte de coisas e também acho que meu espaço tem que ser determinado.

Acho que o Líder da Minoria, Sandro Régis, teve uma fala coerente, preocupado com isso que aconteceu, essa compra. Agora vimos aí que o secretário Fábio Vilas-Boas já esclareceu, foi uma empresa homônima. Eu tenho total confiança no secretário Fábio Vilas-Boas, um grande secretário, e no meu governador Rui Costa, mas é papel não só dos deputados da Minoria como da Base do Governo entender o que foi que houve. Mas, claro, estamos vendo que há uma sabotagem do governo federal ao ter cancelado a compra dos 15 mil respiradores, comprou apenas 400 respiradores.

A Bahia já sofre o segundo boicote: um, pelos Estados Unidos; o outro, por essa empresa chinesa. O que acontece é que 98% dos insumos hospitalares do planeta Terra são produzidos na China. Então, quando a oferta é menor do que a demanda, isso acontece, isso é próprio do capitalismo. Mas acho que o prefeito de Salvador, ACM Neto – eu gostaria mais uma vez de falar –, tem feito um trabalho de excelência no combate ao coronavírus, trabalhando com seriedade junto ao governador. O governador tem feito seu papel também de forma muito coerente, como ele sempre foi. Nesse aspecto aí, eu queria colocar isso.

Eu tinha preocupação com relação ao projeto, mas vejo que, depois das discussões ontem e hoje, tenho consciência de votar nele pela questão da necessidade. Vamos ter duas coisas graves. Primeiro, uma queda abrupta da receita na Bahia e no Brasil. Só que o governo federal, ele pode emitir dinheiro, ele tem quase 1,5 trilhão na conta do Tesouro, ele tem quase US\$ 350 bilhões (o que dá mais de R\$ 3 trilhões) guardados e pode emitir moeda e título. O governo do estado não pode, nem o município.

Então, se faz necessário você ter um equilíbrio porque o dinheiro é pouco, podemos ter dificuldades de pagamento de salário e tal. Por esse aspecto, eu venho aqui defender que a austeridade precisa do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos outros órgãos de controle, como o Ministério Público e Tribunal de Contas.

Muito obrigado, presidente. Estou aqui à disposição para votar, para escutar, mas também para ser escutado por todos quando precisar.

Meu boa-tarde, e continuo aqui na sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Vamos tocando o barco, e todo mundo tem que ficar aqui até o final, mesmo demorando. Eu mesmo estarei a postos.

Rapidinho aqui, Sr. Presidente, vou até ler, porque rapidinho vai: (Lê) “Mais uma ação importante de combate ao coronavírus em Irecê. Em parceria com o estado, foi aberto, no complexo do Hospital Municipal, o Centro de Referência Regional da Covid-19. O PA Covid Regional vai atender pacientes com sintomas da doença não só da sede, mas dos 19 municípios do território de Irecê.”

Quero dar os parabéns ao governador Rui Costa e ao prefeito Elmo Vaz, que trabalharam duro na montagem da estrutura e na capacitação das equipes. Aproveito aqui para dizer que o trabalho do prefeito Elmo em Irecê deve muito ao secretário de governo Jazon Júnior, um rapaz sério, trabalhador, preparado, que impulsiona a gestão. Elmo foi muito feliz na escolha do seu secretariado – e Jazon é um exemplo disso.

Mais uma notícia aqui, Sr. Presidente, a Câmara de Vereadores de América Dourada, um município pequeno aqui, está na mídia. Imagine um município com 17 mil habitantes, com uma Câmara com nove vereadores, que gastou R\$ 1 milhão com advogado nos 3 últimos anos. A denúncia foi feita por um morador ao TCM.

Nós perguntamos aos vereadores de América: como é que pode um dinheiro que poderia estar sendo gasto com o coronavírus, com a Saúde, com cesta básica sair assim pelo ralo? Foram R\$ 325 mil em 2017; R\$ 282 mil em 2018; e, pasmem, R\$ 468 mil no ano passado. O presidente da Câmara de Vereadores, o Sr. Vereador Vanderlan, um bolsonarista de carteirinha que tanto nos chamou de petralhas, precisa dar uma explicação sobre isso.

Queria também aqui, Sr. Presidente, falar de uma notícia boa nesses tempos tão difíceis para a arte e a cultura: o filme *Alice dos Anjos*, versão nordestina de *Alice no País das Maravilhas*, foi rodado em 2019, na zona rural de Vitória da Conquista, e vai concorrer em festivais nacional e internacional para depois entrar no circuito comercial. O roteiro e a direção são de Daniel Leite Almeida, estudante do curso da UESB, e a atriz soteropolitana, Cris Magalhães, que eu parabenizo, a companheira Cris, faz Indira, a avó de *Alice no País das Maravilhas*, que inicialmente ia ser Zezé Motta.

Sob a direção do CRO, sob o comando do seu presidente, Dr. Marcel Arriaga, junto com todas as faculdades de Odontologia da Bahia – UFBA, UEFS, Unime, Baiana, Ruy Barbosa – e entidades de classe como a ABO, foi criada uma comissão, Sr. Presidente, de biossegurança e normas técnicas para criar um protocolo de normas técnicas de trabalho para cirurgião dentista neste tempo de Covid-19.

O CRO dialogou com diversos profissionais que fazem ciência na Bahia para, em conjunto, estabelecer parâmetros que irão proteger os profissionais e a população, visando o exercício da profissão de maneira eficaz e segura.

Este protocolo, quando pronto, será apresentado como pauta e projeto desta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: (...) e será encaminhado ao governo do estado.

Vou concluir, Sr. Presidente.

A odontologia baiana está de parabéns pelo seu esforço.

Queria, mais uma vez, deixar todo o meu apoio e solidariedade ao governador Rui Costa pelo seu trabalho, pela sua benevolência. E dizer que essas mentiras que ainda divulgam pelas imprensas são uma coisa que precisa ser punida, porque não é possível que essas mentiras se propaguem com tanta rapidez.

E queria dizer que o questionamento do deputado Sandro Régis é legítimo, faz parte do Parlamento e eu não vejo dificuldade nenhuma. Agora, é importante dizer para a sociedade baiana que isso é mentira e que isso não tem cabimento.

Eu fico por aqui, Sr. Presidente. Um forte abraço.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alex Lima.

(O Sr. Ernâni Romeo: Acho que caiu, presidente. Caiu.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Caiu a conexão do deputado Alex Lima. Deputado Capitão Alden.

O Sr. Capitão Alden: Pronto, Sr. Presidente. Bom dia a todos e a todas. Gostaria de parabenizar V. Ex.^a pela condução dos trabalhos. A respeito do projeto que ora estamos tratando, nós sabemos que o abono de permanência é um incentivo concedido ao servidor público que já preencheu todos os requisitos para se aposentar voluntariamente e que, obviamente, fez a opção de permanecer na ativa, podendo ele permanecer em atividade no funcionalismo até atingir a idade limite da aposentadoria compulsória.

Sr. Presidente, eu me preocupo bastante, principalmente porque o estado da Bahia não tem histórico, não tem a cultura de realizar, pelo menos nos últimos 10 anos, grandes concursos públicos. Em especial, na Polícia Militar e na Polícia Civil.

É impressionante. Inclusive, hoje, nós temos dados atualizados da SSP que, em menos de 1 mês, Salvador e região metropolitana apresentaram cerca de 253 homicídios. Em apenas 1 mês, em Salvador e na região metropolitana.

Então, imagine, Sr. Presidente, hoje você ter um efetivo da Polícia Militar com menos de 30 mil homens. E é esse mesmo efetivo desde que eu entrei na Polícia Militar, há 18 anos. Há quase 18 anos, é o mesmo efetivo da Polícia Militar.

O governador do estado tem sido um governador que, realmente, tem realizado muitos concursos públicos. Foi o governador que mais realizou concurso público, isso é fato e notório. Mas a quantidade de pessoas que estão entrando, ingressando na Polícia Militar não tem sido suficiente para repor, sequer, aqueles que saem.

Hoje, temos uma média de 1 mil a 1,2 mil policiais militares que saem, que deixam o serviço público em razão de atingir o prazo máximo de permanência na atividade. Então, o abono de permanência serve para esses policiais como possibilidade e garantia para o cidadão baiano de continuidade no serviço público.

A partir da aprovação desse projeto, Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que essa quantidade de policiais que saem do serviço público em razão de preencher esses pré-requisitos, com certeza... Esse número vai, talvez, até dobrar, pela ausência de outras características, de outras situações que pudessem garantir a permanência

desse policial no serviço público. Em especial, pela ausência de contratação de servidores nessa área.

A mesma coisa é a Polícia Civil. Nós temos cerca de 7 mil policiais civis em todo o estado, quando você tem uma média de quase 6 mil homicídios por ano. Nós tivemos, justamente nos últimos 13 anos deste governo, 75 mil homicídios. Então, não tem condições de continuarmos com esse efetivo, não tem condições de o governador não estabelecer um cronograma de contratações.

Acho que ele poderia, inclusive, suspender o abono de permanência durante esse período da pandemia, mas apresentar, tão logo, outras possibilidades de adequar o orçamento para que se garanta, pelo menos, a funcionalidade e a qualidade do serviço público.

Nós temos 313 candidatos da Polícia Civil que estão aguardando para serem nomeados. São investigadores, delegados e escrivães que o governador, até o presente momento... Mesmo eles já tendo cumprido todas as etapas do concurso, já tendo sido aprovados no concurso, inclusive, tendo finalizado o curso de formação, estão aguardando essa nomeação por parte do governador.

Então, Sr. Presidente, vou reiterar o meu voto contrário a esse projeto, principalmente por conta de o governador não apresentar um cronograma de melhorias para esses funcionários, mantendo a qualidade do serviço público na nossa atividade.

Sr. Presidente, são essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito obrigado. Com a palavra o deputado Marcelino Galo. Tem que abrir o microfone, deputado.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Fica para depois da votação, presidente. É sobre a condução dos trabalhos. Pode encaminhar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Maria del Carmen, a última inscrita.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Presidente, abro mão da minha fala, tendo em vista o adiantado da hora.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vou designar o deputado Paulo Rangel para ser o relator do Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, que altera as Leis Complementares nº 19, de 23 julho de 2003, nº 34, de 6 de fevereiro de 2009, nº 43, de 25 de outubro de 2017, e dá outras providências.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Deputado Nelson, antes de me colocar em relação a esse projeto e dar o meu parecer, eu quero colocar para V. Ex.^a que eu tinha feito uma questão de ordem que dizia respeito também à forma como os trabalhos estão sendo conduzidos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Perdão, deputado. Eu não soube.

O Sr. PAULO RANGEL LULA DA SILVA: Eu passei para Rita, inclusive conversei com ela. Eu queria colocar que, pela primeira vez na Assembleia, numa reunião conjunta das comissões, eu vi esclarecimento de votos, quando os votos, no

meu entendimento, deveriam ser colhidos e votarmos “sim” ou “não”. Depois, ouvi uma repetição de falas.

E queria apenas fazer um comentário: não é verdade que o governador Rui Costa mandou um projeto para a Assembleia retirando nenhum direito, até porque você só retira aquilo que as pessoas já têm. O projeto do governador estava dentro da legalidade. E eu quero colocar também que eu mudei o meu relatório em virtude de sentir, de ter o sentimento médio dos deputados da Assembleia, principalmente da base, em relação a ele. Mas, por mim, eu manteria como estava. Era isso o que eu queria colocar.

Agora, gostaria que V. Ex.^a observasse mais isso porque, pela primeira vez também, depois de votado o mérito, eu vi, antes do outro projeto ser votado... Porque é até bom quando V. Ex.^a está deixando o “chute livre” para o final da reunião, V. Ex.^a tem sido muito democrático. Mas, para a gente ouvir lição aqui, para a gente ficar ouvindo justificativas de votos, eu não acho isso muito bom porque alguns deputados também brigam nesta Casa. Alguns deputados são muito capacitados e seguem mais a ordem dos trabalhos, respeitam muito o tempo e, infelizmente, outros não.

Então, vou passar a ler o meu relatório, certo? Passo a relatar agora, Sr. Presidente.

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera as Leis Complementares nº 19, de 23 de julho de 2003, nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, nº 43, de 25 de outubro de 2017, e dá outras providências.’

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, projeto de lei complementar propondo alterações nas Leis Complementares nºs 19/2003, 34/2009 e 43/2017, alterando diversas disposições da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado, com respeito à estrutura e atribuições da PGE, modificações ‘que se afiguram necessárias à eficiência das atividades institucionais relacionadas a programas de recuperação de créditos e aprimoramento da Procuradoria Geral do Estado’, conforme registra o Chefe do Poder Executivo na Mensagem encaminhada a esta Casa.

A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Sandro Régis, Líder da Bancada da Oposição na Assembleia Legislativa, propondo alterações no PLC, especialmente quanto à inclusão do exercício das funções de Diretor Presidente de Empresa Estatal da Bahia, de Presidente da Associação dos Procuradores do Estado e de Presidente e Vice-Presidente da OAB entre as hipóteses de afastamento do exercício do cargo de Procurador, buscando ainda assegurar a percepção da Gratificação Especial de Produtividade, da Gratificação Especial de Desempenho e do Adicional de Dedicção Exclusiva quando do afastamento do Procurador do cargo para o exercício de tais funções, além de outras previstas em lei.

Opino pela rejeição da emenda, considerando que as alterações propostas esbarram em vedação constitucional, a saber, a disposta no inciso I do art. 78 da

Constituição Estadual, que estabelece a impossibilidade de aprovação de emenda que contenha aumento de despesa em matéria de competência privativa do Governador, tal qual é a organização das Procuradorias, conforme dispõe o inciso V do art. 77.

Além disso, o texto da emenda, no que tange a Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, ao não ser posto de acordo com a técnica legislativa, deixa lacunas para sua compreensão, o que ocorre ao anunciar-se alteração ao art. 11 da citada Lei Complementar, mas com matéria e forma estranhas ao dispositivo em vigor.

Ademais, as alterações propostas à Lei Complementar nº 43, de 25 de outubro de 2017, apresentam o mesmo vício de constitucionalidade referente ao inciso I do art. 78 combinado com o inciso V do art. 77, ambos, como mencionado, da Constituição Estadual.

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende aos requisitos de legalidade e constitucionalidade”, meu voto é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito bem, deputado Paulo Rangel.

Eu tenho aqui duas solicitações de vista, do deputado Paulo Câmara e do deputado Tiago Correia.

Abra o microfone para os deputados Paulo Câmara e Tiago Correia, por favor.

V. Ex.^{as} têm até 48 horas, deputado Paulo Câmara, para apresentar o voto...

O Sr. Paulo Câmara: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) obviamente, como os outros deputados, mas está dada para V. Ex.^a.

O Sr. Paulo Câmara: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Paulo Câmara.

O Sr. Paulo Câmara: Bom, primeiro, é que, como vice-presidente da CCJ, já tinha dito a V. Ex.^a que acho esse projeto – que foi retirado em janeiro pelo governador e que volta a sobrestar a pauta, assim como o do servidor – um projeto que poderia ser mais maturado, mais debatido. Eu quero ter acesso ao parecer do deputado Paulo Rangel, porque não tive acesso, e também à emenda do deputado Sandro Régis, à qual tampouco tive acesso. Também não vi, Sr. Presidente, por parte dos deputados, agradecerem a quem de fato fez acontecer essa votação do servidor, que foi, mais uma vez, a Oposição.

A Oposição tem sido muito generosa com esta Casa. Acho que V. Ex.^a reconheceu, como também o deputado Rosemberg. Mas, assim como foi na votação da Previdência, em que, se não fosse pela Oposição, pelos sete votos que foram dados, iria perder no primeiro turno, esse parecer de agora, do servidor, o primeiro parecer do deputado Paulo Rangel, não sei se esses deputados que falaram antes de mim teriam conforto para votar. Talvez, com uma ligação do governador, pressionando o

seu presidente do partido ou a sua bancada, eles pudessem estar aqui votando hoje, mas, estariam, certamente, constrangidos.

Porque a gente viu, no sábado, aquela sessão atabalhoada, aquela confusão ao fim da leitura do parecer do deputado Paulo Rangel, com deputados, imediatamente, se manifestando contra, dizendo que iam votar contra. E, hoje, graças à Oposição, à generosidade do Líder Sandro Régis em aceitar que esse novo parecer do deputado Paulo Rangel fosse lido, deu conforto para que a Base do Governo votasse. E não vi, assim, nenhuma manifestação dos outros deputados falando da Oposição.

Acho que a Oposição tem feito o seu papel, diferente da Oposição radical que existe no Brasil, de ambas as partes. O extremismo é ruim. E a Oposição tem que fazer o seu papel de debater, discutir e avaliar o momento. Eu mesmo era contra a concessão do deputado Sandro Régis de liberar o segundo parecer, mas fui convencido pela minha bancada. E entendi que nós poderíamos fazer mais um gesto, não com a Bancada da Maioria, mas sim com o Parlamento baiano. Quem ganha e quem se engrandece é o Parlamento baiano.

Então, portanto, Sr. Presidente, peço vista a esse projeto por entender que é um projeto que poderia ser debatido, ser discutido, mas, mais uma vez, por estar sobrestando a pauta, o governo, o governador Rui Costa não fará esse gesto. Soube que o procurador-geral está sendo pressionado, enfim, nós vamos discutir. Mas preciso, primeiro, do projeto, do parecer do deputado Paulo Rangel, que não tenho, e também da emenda do deputado Sandro Régis, que foi lida agora. E eu vou pedir vista a esse projeto conforme havia conversado com V. Ex.^a, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido. Mas V. Ex.^a está sendo injusto comigo porque eu agradeci a Oposição há pouco tempo, viu?

O Sr. Paulo Câmara: Falei de V. Ex.^a e do deputado Rosemberg, os dois únicos! Os únicos que se manifestaram a favor.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (Risos) Eu estou rindo. É porque eu estou de máscara e V. Ex.^a não está... A deputada Ivana Bastos...

O Sr. Paulo Câmara: V. Ex.^a e o Líder da Maioria. Os outros que falaram, eu não ouvi nada...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu agora não posso mais rir. Eu tenho que demonstrar e falar as expressões que estou fazendo por trás da máscara. Agora, eu estou rindo...

O Sr. Paulo Câmara: Você fala com seu coração.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sou um fiel seguidor do projeto da deputada Ivana Bastos e do deputado Fabrício Falcão: só ando de máscara.

Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, sigo as palavras do colega Paulo Câmara. Acho que esse projeto precisa ser melhor discutido e debatido. Inclusive, com os procuradores que, neste momento, com o distanciamento social, têm dificuldade até para se reunir e as consultas estão sendo feitas por telefone. Achei açodada a

apreciação dessa matéria neste momento. Por isso, a gente pede vista para conhecer o parecer do deputado Paulo Rangel.

E faço justiça que V. Ex.^a vem conduzindo os trabalhos da Casa da melhor maneira, Sr. Presidente, dando oportunidade a todos, inclusive, cuidando muito bem dos servidores desta Casa, que merecem o nosso respeito e os nossos agradecimentos por estarem proporcionando essas sessões virtuais. Então, os nossos reconhecimentos a todos os servidores.

E agradecer a V. Ex.^a pela condução equilibrada, garantindo a fala tanto aos deputados da Base do Governo quanto aos deputados da Minoria. Então, faço justiça, Sr. Presidente. V. Ex.^a tem conduzido de maneira muito brilhante, neste momento tão conturbado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Generosidade de V. Ex.^a.

Olha, deixe eu explicar aqui para os senhores e para as senhoras. Muitas vezes, o deputado fala: “Eu tenho 40 minutos que pedi uma questão de ordem e até agora não fui atendido.” O grande problema é que nós estamos tendo uma lista muito grande de questões de ordem. Estou escutando todos, mas só queria dizer que está na ordem. Se está demorando é porque a sessão está sendo um pouco mais prolongada.

Bom, vou continuar as questões de ordem. Faltam ainda: deputado Marcelino Galo, Ivana Bastos, José de Arimateia, Niltinho, Neusa Cadore e Zé Raimundo.

Eu vou convocar uma sessão extraordinária a ser realizada na quinta-feira, às 14h30min, para apreciarmos o Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, que altera as Leis Complementares nº 19, de 23 julho de 2003, nº 34, de 6 de fevereiro de 2009, nº 43, de 25 de outubro de 2017, e dá outras providências.

Nesta mesma sessão de quinta-feira, assim que terminar, eu irei convocar uma sessão extraordinária para nós iniciarmos as votações dos projetos que estão aqui na nossa pauta. Como nós não iremos votar amanhã... (Pausa) Me perdoem. (Pausa) Não. Esperem aí... A sessão... Só um segundo.

Então, prestem atenção! Quero que os senhores fiquem atentos ao nosso calendário de votação: quinta-feira, às 14h30min; sexta-feira, às 9h30min; sábado, às 9h30min; domingo, às 9h30min; segunda, às 9h30min. O.k.? Anotado?

Vamos embora. A assessoria já está dizendo que é melhor a gente até ficar por aqui, já dormir por aqui. A gente já leva tudo direto e já bota colchonete aqui. Pica o pau na obstrução. Na terça-feira, a gente vai embora.

Então vamos embora, aqui, agora, seguir.

Deputado Marcelino Galo, Líder do PT.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Agradeço, Sr. Presidente.

Na verdade, a minha questão de ordem foi vencida pela própria manifestação de V. Ex.^a, sob a ordenação da nossa pauta de votação.

Mas eu queria lhe parabenizar pela atitude que o senhor está manifestando através desta tolerância, tolerância democrática tão necessária. V. Ex.^a tem feito este exercício de forma muito paciente. Parabéns a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Os deputados Adolfo Menezes e Sandro Régis exerceram os seus papéis: um fiscaliza; o outro responde. Então eu tenho certeza de que o deputado Sandro Régis vem substituindo bem o deputado Targino. O deputado Targino, com certeza, não concordaria com isso: chamar um deputado de puxa-saco! Eu espero que o deputado Sandro Régis já tenha ligado para o deputado Adolfo e pedido desculpa a ele.

No mais, era isso.

Eu pedi uma questão de ordem por conta de que nós temos uma programação nacional para quinta-feira, às 10 horas. Mas V. Ex.^a já apresentou a proposta de ser às 14h30min. Então eu estou plenamente satisfeito. Mas é, quer dizer, foi uma grande sessão.

Parabenizo V. Ex.^a...

(Interferência na conexão.)

(...) tão coerente do deputado relator, o deputado Paulo Rangel, que foi muito firme na condução do seu papel que levou a esta votação.

Obrigado por mudar o horário. Nós vamos precisar desse horário na quinta, às 10 horas da manhã.

É isso aí. Parabéns, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, só para esclarecer, nós já estamos na votação do Projeto de Lei Complementar nº 140/2020, que foi suspensa em função do pedido de vista dos deputados Tiago Correia e Paulo Câmara.

Quando eu proclamei o resultado da votação do Projeto de Lei nº 23.780/2020, parece que não ficou muito claro. Eu coloquei em apreciação, coloquei em votação. O projeto foi aprovado com os votos dos deputados que compõem a Base do Governo, a Maioria, e com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

Então se alguém não escutou direito, eu estou proclamando, mais uma vez, o resultado da votação que fizemos há pouco. Digo isso porque, com essa votação remota, muitas vezes, você não consegue pegar a totalidade da nossa sessão. Mas tudo está gravado aqui em nosso HD.

Então, para quem ficou e não escutou direito o resultado, o projeto foi aprovado com os votos dos deputados da Maioria presentes e com os votos contrários dos deputados da Minoria, também, presentes na sessão.

Com a palavra a deputada Ivana Bastos.

A Sr.^a Ivana Bastos: Bom dia, meu caro presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bom dia.

A Sr.^a Ivana Bastos: Gostaria de dizer que a gente fala muito pelos olhos, pois é pelos olhos que a gente vê a sinceridade e a honestidade das pessoas. A gente está podendo conhecer as pessoas pelo olhar, pelo gesto, não só pelo sorriso, pois a gente sorri, também, com os olhos. Você ficou muito bem de máscara, ouviu? Inclusive, a Unale está enviando para a Assembleia Legislativa umas máscaras para uso pessoal dos deputados. As máscaras devem estar chegando esta semana.

Eu quero também dividir com os senhores o seguinte. Ontem, nós fizemos uma reunião com os secretários da Unale. Foram cerca de 23 estados, 23 deputados, um de cada estado. Eles participaram dessa reunião. E o que a gente sentiu muito, ali, foi a angústia, qual seja, a angústia que os governadores estão passando, que os estados estão passando pela falta dos respiradores.

Nós solicitamos, por sugestão da maioria, uma audiência com o ministro da Saúde. E, para a nossa alegria, essa audiência já está sendo sinalizada. O objetivo é para a gente poder, em nome de todos os Legislativos do Brasil, buscar informações. Porque não é hora de briga. Não é hora de os governos... é a hora de a gente... A gente precisa do Ministério da Saúde, a gente precisa trocar com os outros estados informações, a gente precisa contribuir.

Então eu quero, aqui, também, justificar que, nessa reunião, a secretária da Bahia é a deputada Fabíola Mansur, em que a deputada fez, assim, uma bela fala em relação à data do Enem. A Unale vai encabeçar essa luta que, também, foi abraçada por todos os deputados.

Solicitamos uma audiência ao ministro da Educação. Até o momento, não recebemos ainda o retorno. Porque a desigualdade é muito grande, é muito injusto. O Enem está aí para que todas as classes sociais, para que todas as pessoas possam ingressar... E, nessa época, em que as pessoas já não estão tendo aulas, muitos não possuem computador e não têm como acompanhar...

Então, através da sugestão da deputada Fabíola Mansur, aí, nós vamos, quer dizer, todos os deputados da Unale e secretários estão assinando esta solicitação ao ministro para a gente ter essa audiência.

Quero, também, aqui, dizer que eu acredito muito no governador Rui Costa, pois ele tem feito a grande diferença. Para mim, baiana, para mim, que sou aliada, isso é muito bom. Digo isso porque quando a gente abre uma reunião com 23 estados presentes, os 23 estados se dirigem a você elogiando o seu governador, elogiando a sua postura. Isso faz bem para a alma e vê que a gente está no caminho certo.

Então, eis a minha solidariedade. Tenho certeza na condução e na seriedade das compras do governo.

E, por último, deixo, aí, o meu abraço aos enfermeiros, às enfermeiras que estão, aí, na linha de frente. Hoje é o Dia do Enfermeiro. Eles nos atendem com tanto carinho. Gostaria de dizer que eles são essenciais neste momento.

Do fundo do nosso coração, deixo a nossa gratidão.

Um abraço a todos os deputados. Saudades.

“Tamo” juntos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É sempre um prazer escutá-la.

Deputado José de Arimateia.

O Sr. José de Arimateia: Bom dia, presidente, bom dia, Srs. Deputados. É bom dia ainda, porque nós não almoçamos, não é? Já são 12h30min.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Arimateia, só um segundinho, só um segundo. Eu volto à palavra para V. Ex.^a...

O Sr. José de Arimateia: Certo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu queria comunicar algo importante que estamos construindo aqui. As deputadas Olívia Santana, Fabíola Mansur, também, outros deputados...

Para não ser injusto, na quinta-feira, eu vou citar o nome de todos os deputados que estão engajados neste projeto. Mas conversamos com a deputada Ivana Bastos, conversamos com o secretário Jerônimo. A Assembleia da Bahia e o grupo de professores das escolas particulares vão estar disponibilizando 3 mil horas de aulas para os estudantes carentes, aulas com professores extremamente capacitados. Todos nós estamos irmanados, aí, contra a realização do Enem.

Minha filha vai fazer o Enem neste ano. Eu acho injusto minha filha estar concorrendo com um aluno da escola pública. Por quê? Lá, ela está assistindo às aulas todos os dias. As pessoas não estão tendo esses mesmos instrumentos.

Então todos os deputados... Eu acho que temos que abraçar essa causa. São os deputados Fabrício, Aderbal, Zé de Arimateia, Euclides Fernandes, Adolfo Menezes, Hilton Coelho, Alan Sanches... Me dê a lista dos deputados que vou ler.

Bem, são os seguintes deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antonio Henrique Jr., Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado Pedreira, Tiago Correia, Tom Araujo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó.

Esta é uma briga de todos nós. Eu acho que nós vamos prestar um grande serviço à sociedade baiana. E eu já pedi à deputada Ivana Bastos que o que nós estamos fazendo aqui seja replicado pelas TVs das assembleias do Brasil inteiro. Isso quer dizer que são milhões de estudantes que vão ter aulas de qualidade, vão ter uma condição de estudo, vão poder enfrentar, de igual para igual, qualquer concorrente no Enem.

Como eu falei da presidente da Unale, eu volto a palavra para Ivana Bastos.

Ouviu, José de Arimateia? Depois, eu volto para você.

A Sr.^a Ivana Bastos: Rapidamente, ontem, também, presidente, na nossa reunião, eu transmiti que a Bahia, a *TV Assembleia*, e foi acatado por unanimidade. A Unale deve entrar em contato com os presidentes das TVs das assembleias do Brasil todo para a gente ver a forma legal de a gente retransmitir, para este país todo, este

projeto que veio de Salvador, que veio da Bahia, que é de todos nós, e que a gente está levando para o Brasil todo.

Muito obrigada, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu que lhe agradeço.

Aqui, eu queria manifestar um ofício do secretário da Educação do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues Souza, ao Sr. Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, presidente do Inep, solicitando a alteração do calendário para o Enem 2020 em virtude da pandemia da Covid-19.

Deputado José de Arimateia.

O Sr. José de Arimateia: Sr. Presidente, na sessão de sábado, eu tinha falado sobre essa questão dessa notícia que circulava, não só na Bahia, mas em alguns meios de comunicação, sobre esses R\$ 49 milhões.

E, hoje, o deputado Sandro Régis, nosso Líder, fez uma explanação coerente. Nós vimos, aí, que houve algumas manifestações, o que é natural, da Bancada do Governo.

Agora, nós, como Oposição, não podemos ficar calados diante dessas notícias para podermos ter uma explicação. Foi isso o que o deputado Sandro Régis falou com muita propriedade. Nós não podemos estar, neste momento em que a Assembleia Legislativa, a *TV Assembleia*, está transmitindo uma sessão, a imprensa está divulgando uma notícia, e a Assembleia ficar calada em seu posicionamento.

Então, isso, realmente, faz parte do processo político. Isso não é misturar as discussões ou as divergências políticas com a situação que estamos vivendo, entendeu? Agora nós não poderíamos ficar calados, isso faz parte.

Na semana passada começou a ser divulgado isso e agora chegou à tona. Ou seja, realmente o próprio secretário da Fazenda, eu estou batendo já pela terceira vez, precisa dar uma explicação a esta Casa. Quando a gente pede essa explicação, não estamos aqui dizendo que o governo é corrupto. Não! Nós estamos apenas dizendo o quê? Queremos saber o que o governo está recebendo de recursos, quanto o governo tem nas suas finanças, como está a saúde das finanças do estado. Isso é normal, isso faz parte do processo.

Então essa questão precisa ser esclarecida para a população, até porque o próprio governador já disse que o mês de maio e de junho estão garantidos. Agora de julho em diante, só Deus! Inclusive nem Deus ele fala, ele não fala nem em Deus, ele não fala.

Mas, diante disso, Sr. Presidente, V. Ex.^a no decorrer da sessão, logo no início, disse que poderemos ter mais 3 meses aí de sessões remotas. Podemos ter 3, 4, ou 5 meses, eu não sei. Agora precisamos saber e aí, como sugestão, sobre esse plano de funcionamento da Casa, que V. Ex.^a deve preparar e mostrar se já vamos ter mais 3 meses de prolongamento da pandemia, segundo a ciência. Porque as pessoas ouvem mais a ciência do que a Deus, essa é a verdade. Acreditam mais na ciência do que em Deus, o plano dos homens, não é? De alguns, nem todos.

Agora, nesse sentido, como é que esta Casa vai funcionar com as sessões ordinárias, se vai ser normal, como temos no dia a dia aí? Porque, por exemplo, nós, como parlamentares, temos as demandas, os reclames da população, que precisam ser expostos, precisam ser colocados no plenário, várias situações. Já que não estamos tendo as sessões das comissões, já que estamos tendo sessões só para votar projetos, mas a sessão normal, vamos ter? Diante dessa situação V. Ex.^a está preparando o plano B? Então isso precisa ser colocado.

Então a minha questão de ordem é sobre essas explicações. E quero dizer que estou aqui atento às situações, aqui em Feira de Santana, acompanhando o processo. E este deputado está à disposição dessa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado José de Arimateia, essa pergunta que V. Ex.^a me fez só Deus para responder. Infelizmente, eu, esse pobre mortal aqui, não tenho essa resposta. Eu só queria dizer enquanto nós estivermos tendo a pandemia, enquanto nós estivermos com a orientação da Secretaria da Saúde aqui da Bahia, enquanto nós tivermos a orientação da Organização Mundial da Saúde, enquanto nós tivermos a orientação de manter o isolamento social, a Assembleia funcionará remotamente. E eu só irei abrir a Assembleia junto com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, porque acho injusto nós termos um posicionamento contrário aos outros Poderes. Eu fiz esse compromisso. E, no dia em que o Ministério Público, no dia em que o TJ da Bahia reabrirem para retirar as restrições, nós também, aqui, na Casa retiraremos, caso contrário, nós continuaremos como estamos: salvando as vidas. Só tem, hoje, um remédio contra o coronavírus que é “fique em casa”. Se você tem necessidade de sair, use máscara, respeite o distanciamento social, respeite as distâncias regulamentares.

Vamos nos precaver, porque isso não é brincadeira. São milhares de pessoas que já perderam a vida e nós temos que orar, nós temos que rezar para que, muito em breve, nós todos estejamos juntos no nosso Plenário presencial, nos abraçando, nos confraternizando. E para que isso aconteça a gente precisa continuar respeitando esse vírus que é um vírus traiçoeiro, que é um vírus muito letal e que tem deixado um rastro de destruição muito grande na nossa sociedade, no mundo inteiro.

Com a palavra o deputado Niltinho.

O Sr. Niltinho: Sr. Presidente, primeiro, eu quero saudar V. Ex.^a, saudar todos os demais deputados presentes nesta sessão, dizer o quanto tem feito falta para todos nós deputados as ações, o atendimento presencial dentro da Assembleia Legislativa. Mas, ao mesmo tempo, a gente entende que é muito importante essa condução por conta desse mal muito maior que é o coronavírus, que vem trazendo muitas mortes por todo o país, infelizmente, na Bahia vem aumentando a cada dia.

Eu quero aqui, presidente, destacar, fazer, na verdade, um apelo importante. Eu encaminhei dois projetos para esta Casa Legislativa. Um desses projetos se refere à paralisação do tempo, dos prazos, dos concursos públicos do estado da Bahia. Há um clamor muito grande por todos aqueles que participaram dos concursos públicos de que os prazos estão sendo contabilizados, o tempo está passando ao longo dessa

pandemia, e, infelizmente, a gente sabe que, diante dessa pandemia, não haverá nenhuma convocação. Então, há um clamor muito grande para que isso entre em votação, para que esse projeto entre em pauta o quanto antes e a gente possa estabelecer que no período em que ocorre a pandemia que esses prazos, que essa validação, não seja computada.

Paralelo a isso, também, fiz um apelo, fiz uma indicação ao governo do estado para que pudéssemos dar isenção de IPVA a todos os transportadores escolares da Bahia. É um clamor muito grande da categoria. Fiz esse pleito e, também, o deputado Jânio Natal fez o mesmo pleito junto a Casa Legislativa e junto ao governo do estado para que o governo do estado se sensibilize com essa necessidade. É uma forma da gente contribuir com esses prestadores de serviço que estarão paralisados até que retorne o funcionamento das escolas no estado da Bahia e, é claro, aqui, também, no município de Salvador.

Então, eu preciso muito que a gente consiga colocar o quanto antes essas discussões em pauta, presidente. Sabemos da necessidade, das urgências que o governo tem encaminhado.

Eu quero, também, aqui, parabenizar o papel da Oposição. A Oposição tem feito um trabalho em parceria, também, em prol do povo baiano. E sabemos que o papel de cobrança e de fiscalizar é o papel natural não só da Oposição, mas de todos nós, deputados da Base do Governo. Mas tenho certeza de que o governador Rui Costa é um governador extremamente íntegro, que tem sido destacado em todo o Brasil pelo belo trabalho que vem fazendo de proteção ao povo baiano no combate ao coronavírus. E aqui, também, sempre cito em paralelo a atual administração de Salvador, o prefeito ACM Neto tem feito também um belo trabalho.

Então, a gente tem, aqui, que destacar essas grandes ações, a gente tem, naturalmente, que fiscalizar. E tenho certeza de que serão penalizados todos aqueles que porventura fizeram algum ato de ilicitude, o.k.?

Um abraço a todos vocês e fiquem com Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Tem ainda mais três inscritos. Eu queria, aqui, passar para os senhores... Deputado Rosemberg! (Pausa) Deputado Rosemberg! Deputado Sandro, também está aí? Dê uma olhada...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Bom, quinta-feira, às 14h30min, nós votaremos o PLC que estamos iniciando e, logo que terminar a votação, eu vou convocar uma sessão extraordinária para nós votarmos a urgência do Projeto de Lei nº 23.863, que é o que cria o sistema de proteção social dos policiais militares e bombeiros militares do estado da Bahia.

Na sexta-feira, pela manhã, nós iremos votar o PL nº 23.874, que autoriza o Poder Executivo a destinar recursos para pagamento de auxílio financeiro em favor de indivíduos infectados com o novo coronavírus que aceitem ser hospedados no Centro de Acolhimento e Acompanhamento Clínico do Estado da Bahia.

No sábado, às 9h30min, nós vamos votar o Projeto de Lei nº 23.864/2020, que estabelece a aplicação de sanção a quem ilicitamente divulga informações falsas sobre epidemias, endemias, pandemias no estado da Bahia e dá outras providências.

No domingo, nós vamos zerar, vamos votar todos os PDLs que têm aqui na nossa Casa. Às 9h30min, votaremos todos os PDLs.

Na segunda-feira, nós votaremos o Projeto de Lei nº 23.862/2020, que dispõe sobre a suspensão, face à calamidade pública... Talvez... até eu acho que seja melhor a gente votar o 23.862 no domingo; e os PDLs, na segunda. Não será melhor?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pode ser, Sr. Presidente. Não tem... pode ser.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, faremos essa inversão. A nossa pauta está lotada até segunda-feira, lembrando que estou agora terminando de contar o prazo da urgência de quinta-feira para ver se vamos poder votar na terça ou na quarta o projeto. E aí a gente zera tudo que tem aqui a respeito de Executivo e de PLC.

Agora, com a palavra a deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: Boa tarde, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Boa tarde.

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: (...) também quero cumprimentá-lo e saudá-lo pela condução exemplar que faz dos trabalhos. Esse anúncio aí de 5 dias de votação, dando a nossa contribuição ao povo baiano com projetos muito importantes que são enviados à Casa pelo governador. Saudar as minhas queridas amigas deputadas, os deputados, agradecer pela assiduidade, pela riqueza do debate que nós estamos fazendo.

Eu também queria hoje saudar o Dia Internacional das Enfermeiras e dos Enfermeiros, manifestar nosso reconhecimento, o nosso respeito, nossa solidariedade a esses profissionais que estão na frente, estão...

Está ouvindo, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou ouvindo, estou ouvindo.

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: Então, a nossa saudação carinhosa aos profissionais e o momento da pandemia exige um esforço sobre-humano, que eles tenham muita serenidade. Quero lembrar que 85% desses profissionais são mulheres. A pandemia tem trazido grandes desafios para toda a humanidade, mas nós sabemos que em alguns aspectos essa situação tão grave tem um impacto particular na vida das mulheres. E no caso da saúde, é isso que acontece quando as profissionais de saúde, os profissionais envolvidos são mulheres.

Mas eu quero registrar com muito pesar também, o que já tem sido tema de várias manifestações, a questão do aumento da violência contra a mulher. Na Bahia, nós tivemos três feminicídios do dia 8 ao dia 11. Mulheres jovens como Laís Factum do Amparo, de apenas 27 anos, no bairro de Tancredo Neves, que foi morta dentro de sua casa, na última sexta-feira. E no mesmo dia, outra jovem de 21 anos, Emanuele Natalícia Santos do Rosário, residente na Engomadeira; e, na segunda, ontem, foi uma mulher de Irecê, de 31 anos, Danila Souza Santos, morta a tiros enquanto

caminhava no centro da cidade. Mas o que se tem até o momento de investigação aponta que os principais suspeitos desses crimes hediondos são, provavelmente, companheiros e ex-companheiros das vítimas.

Então, quero fazer aqui o meu registro de pesar, de repúdio. Presido a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública na Assembleia Legislativa e fiz uma indicação à Mesa para que nesse tempo de pandemia em que as mulheres têm dificuldade de sair de suas casas para fazerem o registro das violências a que são submetidas dentro de suas casas, a recomendação nossa agora e de todas as autoridades é que “fique em casa”, mas a casa é um lugar perigoso para as mulheres.

Então, quero aqui pedir que a Mesa encaminhe a nossa indicação, que solicita que a Secretaria da Segurança Pública amplie o serviço de delegacia eletrônica para que as mulheres também possam se servir desse instrumento e fazerem denúncias de violência contra elas, para que a impunidade seja enfrentada e os direitos das mulheres sejam respeitados.

Essa é a minha questão de ordem, presidente. E aguardo o deferimento da Mesa, em breve, para essa nossa indicação.

Sigamos firmes, defendendo as mulheres, defendendo a vida de todas e de todos, mas também lutando pelo fim da violência contra a mulher que, infelizmente, tem se agravado durante esta pandemia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, aqui ouvindo pacientemente e aprendendo com os debates e as reflexões dos nossos pares.

Sr. Presidente, eu queria reafirmar aqui o que foi dito por alguns colegas deputados: o governador Rui Costa não retirou nenhum direito dos servidores públicos, pelo contrário, resolveu uma possível dúvida sobre a emenda constitucional que faculta ao governo do estado conceder o abono previdência e o projeto de lei que, na sua versão inicial, caminhava para a extinção, na prática, dessa possibilidade de conceder o abono previdência aos servidores, embora permanecesse na emenda constitucional um direito subjetivo. E o nosso governador, portanto, com esse projeto, resolve essa dúvida e garante que quem tem continua, e ainda a partir de 22, não é? Num cenário novo, mantém o percentual, podendo ser revisto.

Além disso, eu gostaria de dizer que os servidores da educação, os profissionais da educação, os professores da rede pública, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, têm a bolsa permanência, e querendo, após completar o período para a aposentadoria, eles podem requerer até R\$ 1.600 para permanecer em atividade, Sr. Presidente, sobretudo para as áreas da Física, da Química, que são áreas, às vezes, difíceis de recrutamento de professores. Portanto, o governo do estado mantém esse instituto.

A outra coisa que eu gostaria, rapidamente, Sr. Presidente, de lembrar aqui é essa questão de uma notícia em relação ao governador Rui Costa. O secretário Fábio Vilas-Boas já deu entrevista falando disso! Ele disse que tinha comprado na China, de um fornecedor da China, e depois teve esse problema. Inclusive, mudou o fornecedor.

Até me parece que é alemão, uma empresa alemã que vai fornecer. Já está resolvido esse problema! Não há absolutamente...

Naturalmente, o Sandro, o nosso Líder, o nobre deputado Sandro Régis, na hora em que falou, se exacerbou um pouco, teve esse entreverozinho com nosso Adolfo Menezes, mas está superado. Eu tenho a certeza de que ele vai pedir desculpas. Marcelino Galo, nosso líder, já lembrou a ele.

Ele já ligou para Adolfo Menezes, pedindo desculpas, com certeza absoluta, porque não há nada! O governador Rui Costa é um exemplo de lisura e de transparência no Brasil.

E a última coisa, Sr. Presidente, que eu gostaria de lembrar, é que nós vamos entrar numa fase em que nós precisaremos rever todo o funcionamento do Estado brasileiro, no âmbito nacional, nas instâncias subnacionais, portanto, a Federação e os municípios, para rever as nossas práticas.

Eu digo isso porque, em relação a esse projeto da PGE, esse projeto da sucumbência e da reestruturação da PGE, sobretudo no que diz respeito aos honorários de sucumbência, há duas ações nacionais.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região já julgou inconstitucional a Lei nº 13.327/2016, da nossa presidenta Dilma. Portanto, foi um projeto do PT, que disciplinou a sucumbência para a esfera federal, mas que atinge também os estados e os municípios. O TRF já julgou como inconstitucional.

E está tramitando a ADI nº 6.053, da Procuradoria-Geral da União, contra essa lei da sucumbência para os advogados públicos, considerando também inconstitucional.

A nossa lei estadual prevê efetivamente.

E eu tive que enfrentar esse debate quando prefeito no último ano da minha gestão. Deixei esboçada lá uma lei que criava um fundo para abrigar essas contribuições e uma espécie de divisão interna, buscando, evidentemente, tornar aquele fundo um espaço... Já foi o prefeito Guilherme que aprovou essa lei.

Mas, à luz do nosso debate hoje, Sr. Presidente, portanto, veja bem, vamos debater... O Ministério Público, a PGE, os advogados-gerais todos cumprem um papel extraordinário na vida pública. A PGE cumpre também uma função social extraordinária. Nós defendemos o absoluto fortalecimento da PGE, mas é preciso a gente ficar atento para não sermos, nós, deputados, mais uma vez... para o Parlamento não ser a Casa de determinadas leis que acabam não fazendo a justiça social. Por exemplo, a sucumbência, não incide sobre ela nem o desconto de aposentadoria nem o imposto de renda. Nem o imposto de renda!

Então, vamos a fundo. Honestamente, é preciso uma reflexão. Defendemos, sim, uma PGE forte, justa e que receba proporcionalmente a seu esforço. Mas, diante de tantas desigualdades, Sr. Presidente, é preciso aprofundar esse debate.

Era essa a minha advertência hoje, aqui.

E vamos ter, digamos assim, um grande debate na quinta-feira. Um grande debate! Porque não é justo que a sucumbência se torne um privilégio. Deve-se fazer justiça profissional, mas não um privilégio, Sr. Presidente.

É a minha consideração, e muito obrigado pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Sr. Presidente, eu tinha aberto mão de falar naquele momento, mas depois das explanações e das posições colocadas por diversos colegas, queria pedir a V. Ex.^a que me permitisse dar apenas uma palavra.

Primeiro, quero parabenizá-lo pela forma como vem conduzindo os trabalhos na nossa Casa.

Teremos na próxima semana atividades intensas. Todos os dias desta semana com a realização de atividades, com sessões, demonstra o compromisso desta Casa com a Bahia, com os baianos, e também a forma como V. Ex.^a conduz os trabalhos aqui, na Casa. Isso hoje ficou bem claro, patente, como V. Ex.^a tem conduzido.

Segundo, parabenizar o governador pela sensibilidade com relação ao projeto da continuidade da gratificação de permanência, a sua sensibilidade em compreender o sentimento da Casa, o sentimento dos deputados, que foi expressado muito claramente no sábado passado.

Parabenizar, inclusive, à deputada Fabíola Mansur pelo seu pronunciamento. Ficou muito claro para a população porque V. Ex.^a trouxe informações e dados, mostrando claramente que, primeiro, não houve prejuízo para os servidores, que esse direito não foi retirado. Se não ficasse esclarecido...

Papel também desta Casa, da Assembleia Legislativa, que se une nesse processo para garantir...

(Interferência na conexão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Maria del Carmen! Deputada Maria del Carmen!

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Pois não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O som de V. Ex.^a...

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Estou já concluindo. Será concluído...

Desapareceu?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É que a gente não está entendendo, deputada. A gente não está entendendo.

Alô!

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Não está entendendo?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada!

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Entrou uma ligação. Eu acho que foi isso.

Agora, concluindo, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Fique à vontade.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Concluindo, queria, mais uma vez, parabenizar o governador e dizer que nós confiamos plenamente naquilo que ele tem realizado, que ele tem mostrado isso muito claramente. Se eu fosse gestora, como disse a deputada Fabíola Mansur, também estaria tomando as providências, mesmo que depois tivesse que dar as explicações que são necessárias.

Parabéns ao governador Rui Costa. Parabéns à Bahia por ter um governador que cuida do seu povo, da sua história e da sua tradição.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Realmente, o mundo está vivendo uma situação delicadíssima. Muito delicada! E houve, obviamente, uma procura enorme por respiradores e EPIs no mundo inteiro.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Pois é. Exatamente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Essa dificuldade foi ampliada porque os Estados Unidos chegaram com 23 cargueiros... Os Estados Unidos chegaram com 23 cargueiros e limparam todo o estoque da China. O que tinha, eles limparam, absolutamente tudo.

E deveria ter sido feito de forma escalonada, porque esse monte de equipamentos até eles não têm necessidade de ter. Então, acabou gerando um problema grave com vários países do mundo, não só com o Brasil, não, foi com vários países, que estão pagando caro por essa atitude, que foi noticiada mundialmente. Houve protestos em várias partes do mundo.

E agora está um leilão! Está um leilão! Um respirador, que custava 15 mil dólares – e olhe que na época em que o dólar era R\$ 4,00 –, hoje, está se falando de respirador por 50, 60, 70 mil dólares. Eu soube, não posso precisar, que tinha empresa vendendo a 100 mil dólares, 100 mil dólares! Para levar na hora, a 100 mil dólares!

Então, a gente tem que, agora, preservar e tentar salvar a vida das pessoas.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: É um absurdo!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Meus amigos, hoje eu escutei todo mundo, ninguém ficou sem falar.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: É verdade!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, já informei os dias de votação. Nós estaremos votando de quinta-feira até segunda-feira. Daremos uma pequena pausa na terça-feira para os Srs. Deputados.

Mas nós, da Mesa Diretora – olha aí a turma da Mesa Diretora –, nos reuniremos na terça-feira. Reunião da Mesa, para votar as indicações, na terça-feira. E eu passo o horário depois, para a gente ver com o nosso pessoal técnico qual o melhor horário. Podem ficar despreocupados.

E na quarta-feira nós votaremos o PL nº 23.863/2020.

Então, nós temos votação de hoje até quarta-feira da semana que vem.

Agradeço a cada um dos senhores e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.